



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSUÉ MARQUES FERREIRA

**VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO BRASIL: UM ESTUDO COM DADOS DO ALIB**

Londrina
2024

JOSUÉ MARQUES FERREIRA

**VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO BRASIL: UM ESTUDO COM DADOS DO ALIB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer

Londrina

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

J84v FERREIRA, JOSUÉ MARQUES FERREIRA.
Variação do objeto direto anafórico na fala da região Centro-Oeste do Brasil: um estudo com dados do Alib / JOSUÉ MARQUES FERREIRA FERREIRA. - Londrina, 2024.
107 f. : il.

Orientador: Dircel Aparecida Kailer .
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Estudos da Linguagem - Tese. 2. Sociolinguística - Tese. 3. Teoria da Variação - Tese. 4. Clítico Acusativo - Dados ALIB - Tese. I. Kailer , Dircel Aparecida. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

JOSUÉ MARQUES FERREIRA

**VARIAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA FALA DA REGIÃO
CENTRO-OESTE DO BRASIL: UM ESTUDO COM DADOS DO ALIB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina — UEL

Profa. Dra. Marília Silva Vieira Pereira
Universidade Estadual de Goiás — UEG

Profa. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas
Universidade Estadual de Londrina — UEL

Londrina, 23 de abril de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por conceder o dom da vida, dando-me força e coragem para enfrentar todas as adversidades que surgiram no meio do caminho.

À Professora Dra. Dircel Aparecida Kailer, minha orientadora e amiga de todas as horas, que acompanhou este processo de escrita e não desistiu de mim, colaborando amplamente para a construção de novos saberes.

Às professoras Dra. Marília Silva Vieira Pereira e Joyce Elaine de Almeida Baronas, por aceitarem participar da banca avaliadora e pelas inúmeras contribuições da versão final desta dissertação.

À Professora Dra. Vanderci de Andrade Aguilera, pelas excelentes contribuições e pelos conhecimentos compartilhados.

À Professora Dra. Fabiane Cristina Altino, por favorecer que o meu conhecimento fosse aprimorado, por meio dos seus apontamentos.

Aos professores da Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), que cooperaram com o meu amadurecimento intelectual, ao discutirem assuntos linguísticos relevantes.

A todos os meus professores, desde o Ensino Fundamental, Médio e Superior, que promoveram ensinamentos preciosos dos quais jamais esquecerei.

À minha esposa, Osicléia Dascheve dos Santos Ferreira, que, com toda sua gentileza e prontidão, me apoia em todos os momentos e cuida muito bem dos nossos filhos, para eu conseguir trabalhar e estudar.

Aos meus filhos, Felipe Dascheve dos Santos Ferreira e Arthur Dascheve dos Santos Ferreira, minhas preciosidades.

Ao meu pai (*in memoriam*), José Marques Ferreira; à minha mãe, Zilda Antunes Barbosa Ferreira, que sempre se esforçaram para eu ter estudos e uma profissão.

Às minhas irmãs, Luciana Marques Ferreira e Hilda Maria Marques Ferreira, meus exemplos de força, paciência e dedicação.

Aos meus sogros, cunhados e sobrinhos, por todo o carinho, apoio e incentivo ao longo dessa jornada. Sou grato(a) pela presença de vocês na minha vida e por tornarem os momentos difíceis mais leves com amor e companheirismo. Aos meus amigos de trabalho: Gusthavo Pereira Ricarte, Viviane Liboredo Pereira e Sueli Aparecida Gonçalves, que assistiram ao meu processo de escrita e me ajudaram a resolver problemas, quando eu não sabia como saná-los.

Ao meu amigo Ismael Ribeiro dos Santos, minha profunda gratidão pelo incentivo constante desde os primeiros passos desta jornada. Sua confiança, apoio e palavras encorajadoras foram essenciais para que eu seguisse firme até a conclusão deste trabalho.

À Esther Gomes de Oliveira, meu sincero agradecimento pela generosidade e dedicação durante a revisão textual desta dissertação. Sua atenção aos detalhes, sensibilidade com as palavras e disponibilidade foram fundamentais para a clareza e qualidade deste trabalho. Sou imensamente grato por sua contribuição cuidadosa e competente.

Aos meus amigos da graduação: Leonardo Dias Guimarães e Roberto Junior Martins, confidentes e conselheiros em todos os momentos.

Aos meus colegas do PPGEL, que compartilharam momentos de estudo intenso, mas também períodos de muitas risadas e alegrias.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à Sra. Rosely Fernandes Lopes de Jesus e ao Sr. Ricardo Praia Muller, da Secretaria de Pós-Graduação, pelo apoio prestativo e atencioso ao longo deste percurso. Suas orientações precisas e a cordialidade com que sempre esclareceram minhas dúvidas sobre as documentações foram fundamentais para que eu pudesse cumprir todas as etapas com tranquilidade. Meu muito obrigado (a) pela dedicação e profissionalismo.

À equipe do projeto Atlas Linguístico do Brasil, por concederem os dados para a efetivação deste estudo.

RESUMO

FERREIRA, Josué Marques. **Formas anafóricas no acusativo utilizadas na região Centro-oeste do Brasil**. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) — Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Embasado na Sociolinguística Variacionista Quantitativa (Labov, 2008; Weinreich; Labov; Herzog, 2006) e na Geolinguística (Cardoso, 2010), este trabalho discute um fenômeno morfossintático relacionado ao uso de pronomes pessoais do caso reto de 3ª pessoa em posição de objeto direto — ocorrência que se manifesta por meio de diferentes variantes, tanto na fala (inclusive a monitorada) quanto na escrita. Trata-se do uso de pronomes pessoais do caso reto de 3ª pessoa em posição de objeto direto. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o uso das diversas formas utilizadas no acusativo (objeto direto), e suas formas variáveis, nas capitais da Região Centro-Oeste do Brasil: Cuiabá, Goiânia e Campo Grande. A dissertação tem os seguintes objetivos específicos: a) fazer um levantamento das variantes encontradas nas capitais da Região Centro-Oeste do Brasil; b) verificar as variáveis independentes que contribuem para a utilização de determinada variante; c) investigar a frequência de preenchimento das variantes do objeto direto anafórico. As informações utilizadas nesta investigação fazem parte do banco de dados do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). O *corpus* constitui-se de recortes da fala de informantes de nível fundamental e superior de escolaridade, estratificados segundo variáveis sociais, sendo: sexo (feminino e masculino) e faixa etária (faixa I: 18 a 30; e faixa II: - 50 a 65 anos).

Palavras-chave: Sociolinguística; Teoria da Variação; Clítico Acusativo; Centro-Oeste.

ABSTRACT

FERREIRA, Josué Marques. **Anaphoric forms in the accusative used in the Midwest region of Brazil**. 2023. 104 f. Dissertation (Master in Language Studies) — Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

Based on Quantitative Variationist Sociolinguistics (Labov, 2008; Weinreich; Labov; Herzog, 2006) and Geolinguistics (Cardoso, 2010), this study discusses a morphosyntactic phenomenon related to the use of third-person nominative personal pronouns in direct object position — an occurrence that manifests through different variants in both speech (including monitored speech) and writing. The phenomenon under analysis is the use of third-person nominative personal pronouns as direct objects. The general objective of this study is to analyze the use of various forms employed in the accusative (direct object) case, as well as their variable forms, in the capitals of Brazil's Central-West region: Cuiabá, Goiânia, and Campo Grande. The specific objectives of this dissertation are: a) to identify the variants found in the capitals of the Central-West region of Brazil; b) to examine the independent variables that influence the use of a given variant; and c) to investigate the frequency of use of anaphoric direct object variants. The data analyzed in this study are part of the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB) project. The corpus consists of speech samples from informants with elementary and higher levels of education, stratified according to social variables such as gender (female and male) and age group (Group I: 18 to 30 years old; Group II: 50 to 65 years old).

Keywords: Sociolinguistics; Theory of Variation; Accusative clitic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Região Centro-Oeste.....	61
Figura 2 — Mesorregiões de Mato Grosso.....	62
Figura 3 — Mesorregiões de Mato Grosso do Sul.....	64
Figura 4 — Goiás.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Resultados da variável segundo a variável forma simples e composta.....	77
Tabela 2 — Tempos verbais — Campo Grande.....	78
Tabela 3 — Tempos verbais — Cuiabá.....	79
Tabela 4 — Tempos verbais — Goiânia.....	81
Tabela 5 — Condicionamento semântico.....	82
Tabela 6 — Variável sexo.....	85
Tabela 7 — Variável idade.....	86
Tabela 8 — Escolaridade.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 —	Dimensões da variação linguística contempladas pelos atlas pluridimensionais.....	20
Quadro 2 —	Metodologia do projeto ALiB.....	28
Quadro 3 —	Teoria da variação e mudança linguística.....	31
Quadro 4 —	Paradigma pronominal.....	42
Quadro 5 —	Pronomes.....	43
Quadro 6 —	Quadro 6 — Localidades selecionadas para a pesquisa na região Centro Oeste.....	71
Quadro 7 —	Atuação da variável escolaridade para a implementação da variável objeto nulo.....	89
Quadro 8 —	Atuação da variável Forma verbal (simples ou complexa) para a implementação da variável objeto nulo.....	89
Quadro 9 —	Atuação da variável Tempos e Modos Verbais para a implementação da variável objeto nulo.....	90
Quadro 10 —	Atuação da variável Animacidade do Antecedente para a implementação da variável objeto nulo.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
APL.	Aplicação
ALF	<i>Atlas Linguistique de la France</i>
ON	Objeto Nulo
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PL	Pronome Lexical
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
SN	Sintagma Nominal Anafórico

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1	DA DIALETOLOGIA TRADICIONAL À DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL.....	17
1.2	ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	22
1.3	ATLAS LINGUÍSTICO DE MATO GROSSO DO SUL.....	23
1.4	ALINGO — ATLAS LINGUÍSTICO DE GOIÁS: LÉXICO-FONÉTICO.....	24
1.5	ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DO ESTADO DE GOIÁS.....	25
1.6	O PROJETO ALiB.....	26
1.7	SOCIOLINGUÍSTICA: A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA.....	28
1.8	NORMA E VARIAÇÃO.....	34
2	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	38
2.1	CONCEITO DE ANÁFORA.....	38
2.2	PRONOME RETO E OBLÍQUO: O QUE OS GRAMÁTICOS DIZEM?	39
3	ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS SOBRE FORMAS ANAFÓRICAS NO ACUSATIVO	45
3.1	ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS DE DADOS DE ESCRITA.....	45
3.2	ESTUDOS DE DADOS DE ESCRITA SINCRÔNICA.....	48
3.3	ESTUDOS SOBRE DADOS DE FALA.....	51
4	ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	59

4.1	REGIÃO CENTRO-OESTE.....	59
4.1.1	O ESTADO DE MATO GROSSO.....	62
4.1.2	O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	64
4.1.3	O ESTADO DE GOIÁS.....	66
4.2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPITAIS.....	68
4.2.1	Campo Grande.....	68
4.2.2	Cuiabá.....	68
4.2.3	Goiânia.....	69
5	PRESSUPOSTO TEÓRICOS - METODOLÓGICOS.....	70
5.1	DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	70
5.2	INFORMANTES.....	71
5.3	VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS A SEREM ANALISADAS.....	71
5.3.1	Grupo de Fatores Linguísticos.....	71
5.3.2	Grupo de Fatores Sociais.....	72
5.4	O PROGRAMA GOLDBARB X.....	72
5.5	OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	72
6	RESULTADO GERAL E ANÁLISE.....	75
6.1	Condicionamento Semântico.....	82
6.2	Objeto Nulo x Outras Variáveis.....	90
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	97
	ANEXO A — CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DO ALIB PARA USO DOS DADOS.....	104

ANEXO B — CHAVE DE CODIFICAÇÃO.....	105
--	------------

INTRODUÇÃO

A importância da linguagem para a evolução humana é indiscutível, pois as sociedades conseguiram sobreviver pelo fato de terem desenvolvido a capacidade comunicativa, mediante a apropriação e o aprimoramento da linguagem, uma vez que ela varia, é dinâmica e sujeita às transformações e ressignificações, permeando tanto a fala quanto à escrita. E quando se combinam elementos para formar palavras, frases ou textos, ocorre uma série de modificações, determinadas por fatores fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Essas diversas formas podem coocorrer variavelmente por muito tempo, ou uma pode assumir o lugar da outra, efetivando-se a mudança linguística.

Embasado na Sociolinguística Variacionista Quantitativa (Labov, 2008; Weinreich; Labov; Herzog, 2006) e na Geolinguística (Cardoso 2010), este trabalho discute um fenômeno morfossintático que ocorre, frequentemente, inclusive na fala monitorada. Trata-se do uso de pronomes pessoais do caso reto de 3ª pessoa em posição de objeto direto.

Nesse sentido, a importância de desenvolver um trabalho sobre este tema reside não apenas na ampliação do conhecimento acadêmico, mas também na sua potencial contribuição para os estudos sociolinguísticos. Além disso, investigar essa questão sob uma perspectiva sociolinguística pode oferecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e identitárias que permeiam o uso da linguagem em determinados contextos. Ao fazê-lo, esperamos não apenas agregar valor ao corpo existente de conhecimento, mas também estimular novas discussões e investigações que possam enriquecer ainda mais nossa compreensão da relação entre linguagem e sociedade.

Com o olhar para a variação linguística no nível morfossintático, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o uso das diversas formas utilizadas no acusativo (objeto direto), e suas formas variáveis: Objeto Nulo (ON) “Eu \emptyset conheço”, sintagma nominal anafórico (SN) “Eu conheço **o Pedro**”, Pronome Lexical (PL) “Eu conheço **Ele**” e clítico acusativo “Eu **o** conheço”, nas capitais da Região Centro-Oeste do Brasil (Cuiabá, Goiânia e Campo Grande), à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista Quantitativa (Weinreich; Labov; Herzog, 2006; Labov, 2008) e da Geolinguística (Cardoso, 2010). Além disso, pretendemos analisar os fatores internos e externos da língua que condicionam os

usos variados do objeto anafórico na posição de acusativo.

Considerando que as formas anafóricas do acusativo são variantes da mesma variável, elaboramos uma questão para nortear a investigação nas três capitais pesquisadas (Cuiabá, Goiânia e Campo Grande): Como se distribuem as variantes anafóricas do objeto direto acusativo em cada uma das capitais investigadas?

Alicerçado em alguns estudos desenvolvidos nas últimas décadas sobre essa temática (Cyrino, 1997; Costa, 2011; Duarte, 1986, 1989; Marafoni, 2004, 2010; Omena, 1978;), levantamos as seguintes hipóteses:

- a) de modo geral, há uma frequência balanceada de objetos preenchidos e nulos;
- b) é possível que a variação do objeto anafórico esteja condicionada por variáveis linguísticas e sociais;
- c) o antecedente mais animado condiciona o uso de objetos preenchidos;
- d) as pessoas mais escolarizadas utilizam o ON ou o objeto preenchido pelo clítico acusativo nas três capitais.
- e) a categoria vazia é a forma preferida para a substituição do clítico, principalmente em estruturas sintáticas mais simples e com antecedentes que possuam o traço [-animado], e também na fala dos jovens, enquanto a faixa etária mais avançada usaria mais os clíticos.
- f) as formas verbais possuem influência sobre a escolha das variantes, verbos no gerúndio e em tempos simples favorecem o pronome lexical enquanto o imperativo favorece a categoria vazia.

Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos para confirmar as hipóteses do trabalho: a) verificar a frequência de objetos preenchidos e nulos; b) averiguar a produtividade de clítico acusativo nos dados analisados; c) estudar a utilização do objeto nulo ou do objeto preenchido pelo clítico acusativo nas três capitais; d) identificar se o antecedente mais animado condiciona o uso de objetos preenchidos.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma: a introdução, com a formulação das hipóteses e dos objetivos.

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico pautado nos pressupostos da Dialetologia tradicional (monodimensional) até chegar à Dialetologia do século XXI (pluridimensional), em seguida, uma breve visão panorâmica dos estudos dialetais no Brasil, além de abordar os conceitos da Sociolinguística e os postulados básicos da

Teoria da Variação e Mudança Linguística.

O segundo capítulo destaca o objeto da pesquisa, delineando a anáfora como um dispositivo linguístico empregado para remeter a um termo previamente mencionado no interior de um texto ou discurso. Posteriormente, examinamos o emprego dos pronomes reto e oblíquo sob a perspectiva das abordagens normativas e descritivas da gramática.

O terceiro capítulo focaliza alguns estudos sociolinguísticos que trataram da variação do objeto direto anafórico no Português Brasileiro (PB) que são contribuições de pesquisadores que já trabalharam com o mesmo assunto.

O quarto capítulo aborda aspectos históricos, geográficos e sociais da região Centro-Oeste, apresentando também as capitais dessa região no Brasil. O texto discorre sobre o povoamento desses territórios, seu desenvolvimento econômico e aspectos culturais.

O quinto capítulo mobiliza os pressupostos teórico-metodológicos, descreve o corpus, destaca as localidades selecionadas para a pesquisa, identifica as variáveis linguísticas a serem analisadas, apresenta o grupo de fatores linguísticos e discute as hipóteses relacionadas aos condicionamentos linguísticos e sociais que compõem o objeto anafórico.

O sexto capítulo desenvolve o nosso objeto de estudo, incluindo a descrição, análise e interpretação dos resultados referentes aos fatores considerados, ou não, significativos pelo programa estatístico a que os dados foram submetidos

O sétimo capítulo apresenta as considerações finais onde retomamos algumas discussões discutidas no decorrer da pesquisa e, após, as referências bibliográficas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Como trabalhamos com dados coletados pela equipe dos Atlas Linguístico do Brasil, ALiB, 2001, que adotou a metodologia da Dialetologia Pluridimensional e analisamos seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística, este capítulo apresenta primeiramente os principais conceitos da Dialetologia e de seu método conhecido como “Geografia Linguística” ou “Geolinguística”.

Iniciamos com a explanação do conceito de Dialetologia tradicional (monodimensional) até chegar à Dialetologia do século XXI (pluridimensional). A seguir, desenvolvemos uma breve visão panorâmica dos estudos dialetais no Brasil, além dos conceitos da Sociolinguística e os postulados básicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006; Labov, 2008).

1.1 DA DIALETOLOGIA TRADICIONAL À DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL

Equivocadamente, a língua pode ser, muitas vezes, considerada homogênea, e percebemos uma “tendência para a uniformização da língua falada que se processa através da aceitação das normas, provenientes dos usos consagrados pelas comunidades” (Preti, 1974, p. 49). Contudo, a língua é composta por diversas variantes, decorrentes de vários fatores de origem social, regional ou estilística, denominadas diastráticas, diatópicas ou diafásicas, respectivamente.

A Dialetologia, segundo Dubois *et al.* (1978, p. 185),

designa a disciplina que assumiu a tarefa de descrever comparativamente os diferentes sistemas ou dialetos em que uma língua se diversifica no espaço, e de estabelecer-lhe os limites. Emprega-se também para a descrição de falas tomadas isoladamente, sem referência às falas vizinhas ou da mesma família.

Dessa forma, o autor evidencia dois lados dialetológicos: os dialetos e os sistemas nos quais a língua varia, e a fronteira geográfica de uma fala, que pode ser analisada separadamente, sem se preocupar com os outros falares da língua. Câmara Junior (1978, p. 94) afirma que a Dialetologia “é o estudo do arrolamento, sistematização e interpretação dos traços linguísticos dos dialetos”. Essa fase foi nomeada por Castilho (1973, p. 121) como “fase de improvisações”, pois o estudo da variação espacial começou de maneira “assistemática”. Primeiro, “o pesquisador

recolhia os elementos que fosse reconhecendo ocasionalmente, depois tecia alguns comentários sobre o material levantado — em linhas gerais, muito desigual — e isso era tudo”. Segundo o autor, a Dialetoлогия começou a se desenvolver a partir da Geografia Linguística, ou seja, com o surgimento do “método científico de recolha sistemática de dialetismos”.

Esse método tem o objetivo principal de registrar, em mapas espaciais, inúmeras formas linguísticas fônicas, lexicais e gramaticais. Coseriu (1982, p. 79) descreve a Geolinguística como:

O método dialectológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

Sobre esse método, Castilho (1973) descreve os seguintes passos: a) Inquéritos linguísticos: compostos por uma série de questões relativas aos hábitos de vida dos moradores da região a estudar. Nessa fase, a Dialetoлогия combina os caminhos com os da Etnografia, pela escolha do perfil dos informantes, até chegar à interpretação dos dados recolhidos na pesquisa de campo; b) Aplicação do inquérito: o documentador põe-se a campo, para aliar qualidades pessoais (facilidade de abordar estranhos, capacidade de inspirar confiança, respeito pelo informante etc.); c) Interpretação dos fatos recolhidos: decorre do enriquecimento dos conhecimentos sobre o foneticismo, o léxico, a história e a variabilidade da língua (CASTILHO, 1973, p. 121-122).

Com o aperfeiçoamento do método dialectológico, os atlas fundamentados na Dialetoлогия Pluridimensional passaram a registrar as particularidades etnográficas e, modernamente, as variações diastráticas. A Geolinguística tornou-se um dos mais importantes métodos de registro e análise das variantes linguísticas, devido à grande quantidade de atlas publicados.

Na história da Geolinguística, a pesquisa dialetal de Wenker, em 1876, é considerada a primeira pesquisa propriamente geolinguística. O autor buscava criar um atlas linguístico, com base no estudo das consoantes germânicas, a fim de estabelecer limites geográficos das divisões dialetais. Como método de coleta de dados, Wenker enviou um questionário com quarenta frases curtas, pelo correio, para

professores e outras pessoas cultas das regiões rurais. Os informantes deveriam transcrever as frases escritas em alemão padrão para as respectivas variantes dialetais. As respostas obtidas foram colocadas em mapas.

Apesar do importante trabalho de Wenker e seus sucessores, o nascimento da Geolinguística como um método da Dialetologia associa-se à criação do *Atlas Linguistique de la France* (ALF) (1902 – 1910), de Gilliéron e Edmont. Esse atlas é considerado como o primeiro a adotar critérios rigorosos, orientados por esse método. Segundo Coseriu (1965), a importância do trabalho de Gilliéron foi prontamente reconhecida, o que contribuiu para o método geográfico ocupar uma posição de destaque, especialmente na linguística europeia.

Observamos a influência do ALF nos atlas produzidos posteriormente, que, de alguma forma, seguiram esse método. Coseriu (1987) descreve a característica fundamental dos atlas, enfatizando a possibilidade de observar os fatos da linguagem a partir de uma perspectiva espacial, de deduções históricas, gerais e comparativas, além da vantagem da apresentação cartográfica, que destaca claramente o conjunto de falares nos quais se articula um dialeto ou uma língua.

Conforme Trudgill (1981, p. 54),

a Dialetologia consistia no estudo de formas lingüísticas que variam geograficamente em áreas predominantemente rurais. Não resta dúvida que é um trabalho de valor, levando-se em conta os dados lingüísticos registrados que, de outra forma, estariam perdidos.

O autor aborda a importância do uso de atlas linguísticos, que utiliza vários cortes sincrônicos para proporcionar uma visão diacrônica dos fenômenos linguísticos.

Rossi (1967) considera os atlas linguísticos nacionais os primeiros empreendimentos dialetológicos, com imenso alcance geográfico. Porém, devido à ampla quantidade de dados, não possibilitaram a percepção dos pormenores, impedindo um aprofundamento nos estudos regionais. Dessa forma, o autor defende a necessidade de uma abordagem mais profunda na pesquisa de cada área, originando os atlas regionais. Isso pode oferecer importantes detalhes a respeito das particularidades linguísticas, ou seja, são capazes de “pormenorizar e ampliar a informação” (Cardoso, 2010, p. 76).

Para Coseriu (1987), a cartografia dos dados de um atlas pode se dividir em

quatro classes: a) mapas fonéticos — quando descrevem as variantes de um fonema, alofones ou uma gama de fonemas, realçando pontos analisados; b) mapas lexicais — registro de palavras com o mesmo conceito, por exemplo: “mexerica” e “bergamota”, sem a intervenção das variações fônicas; c) mapas propriamente linguísticos — registram a totalidade fônica e mórfica da coleta na rede de pontos, diferenciam-se em: mapas pontuais, que não instituem limites, apresentando as formas demonstradas (mapas analíticos), e mapas sintéticos, que estabelecem os limites das áreas relativas às formas típicas (mapas de isoglossas); d) mapas similares — expõem esquemas que exibem apenas os paralelos e os meridianos da área estudada em colunas e apresentam, em cada trapézio esférico, as formas comprovadas nos pontos correspondentes ao característico trapézio.

Segundo Coseriu (1987), os mapas fonéticos e lexicais podem se basear em mapas propriamente linguísticos, e podem ser sintéticos e pontuais ao mesmo tempo, aplicando símbolos ou cores diferentes para cada forma específica. Romano (2012) apresenta as oito dimensões da variação linguística possíveis de se contemplar nos atlas pluridimensionais, conforme Thun (2005): dimensão dialingual; diatópica; diatópico-cinética; diastrática; diageracional; diassexual; diafásica e diarreferencial, conforme o quadro 1:

Quadro 1 — Dimensões da variação linguística contempladas pelos atlas pluridimensionais

Dimensão dialingual	O atlas envolve duas línguas diferentes.
Dimensão diatópica	Relacionada à topoestaticidade dos informantes, ou seja, informantes naturais da região pesquisada.
Dimensão diatópico-cinética	Inclui, além de informantes de caráter topoestático, informantes topodinâmicos, ou seja, que migraram de outras regiões para a pesquisa ou fazem cotidianamente o trânsito entre duas regiões linguísticas.
Dimensão diastrática	Considera informantes de classes sociais diferentes (classe alta x classe baixa).
Dimensão diageracional	Relaciona duas ou mais faixas etárias (jovens, idade adulta, idosos).
Dimensão diassexual	Informantes dos dois gêneros (homem x mulher).
Dimensão diafásica	Graus de interlocução diferentes (discurso controlado, discurso livre, texto de leitura, entre outros).
Dimensão diarreferencial	Relacionada a questões objetivas e/ou metalinguísticas da língua.

Fonte: Adaptado de Romano (2012, p. 62).

A Geolinguística tradicional apresentou mudanças nas tipologias dos atlas, da monodimensionalidade inicial, para a pluridimensionalidade recomendada por Thun (2005), além das mudanças nos dados e na apresentação cartográfica. De acordo com Cardoso (2010), a Dialectologia visa identificar e interpretar a diversificação da língua em aplicação. Essa diversificação acontece conforme o espaço geográfico e a particularidade de cada terra. Cardoso (2010) também realça a consideração de outros fatores próprios do falante, como idade, gênero e características gerais, as quais se devem investigar, juntamente aos fatores históricos e geográficos. Isso possibilita o entendimento dos motivos que ocasionaram variação em cada região.

A autora destaca as diferenças e as semelhanças entre Dialectologia e Sociolinguística, que, até certo ponto, podem ser consideradas sinônimas, pois ambas estudam o dinamismo da língua falada e sua heterogeneidade. Contudo, abordam os fenômenos linguísticos de diferentes maneiras. A Dialectologia pauta-se, em especial, na análise da localização geográfica, enquanto a Sociolinguística visa principalmente os fatores sociais.

Assim, a Geolinguística ou a Geografia linguística, na dialectologia mono ou pluridimensional, surge como método responsável por sistematizar e representar em mapas todos os dados linguísticos recolhidos de determinada área espacial.

As relações destacadas pela geografia linguística, no sentido que chamamos de 'técnicas', não são entendidas como relações diretas entre o meio natural (geográfico) e a língua, mas como relações entre o meio geográfico e a difusão e distribuição espacial das formas linguísticas (Cosieru, 1965, p. 30).

Contudo, a dialectologia monodimensional e a pluridimensional são duas abordagens diferentes no estudo dos dialetos e das variações linguísticas. A monodimensional é a abordagem mais tradicional, com base na análise de um único traço linguístico, para definir as diferenças entre os dialetos. Geralmente, esse traço é a pronúncia de um som ou fonema, por exemplo, um dialeto pode se classificar como "do Norte" ou "do Sul", com base na forma como se pronuncia um som. A abordagem considera que as variações dialetais podem se reduzir a uma única dimensão.

Por outro lado, a dialectologia pluridimensional reconhece que as variações linguísticas envolvem múltiplos traços e características. Nessa abordagem, os pesquisadores consideram uma variedade de elementos linguísticos, como: pronúncia, vocabulário, gramática e até aspectos socioculturais, para identificar e classificar os dialetos. Mais abrangente, ela considera a complexidade das variações

linguísticas e reconhece que múltiplos fatores podem contribuir para a formação dos dialetos.

A transição da dialetologia monodimensional para a pluridimensional foi impulsionada pela necessidade de uma compreensão mais completa e precisa das variações linguísticas. A monodimensional pode ser útil para análises específicas, como estudos fonéticos ou fonológicos. No entanto, para uma compreensão mais abrangente das variações dialetais, é necessário considerar uma ampla gama de características linguísticas.

Além disso, a dialetologia pluridimensional também está intimamente ligada ao reconhecimento da influência de fatores socioculturais e históricos na formação dos dialetos. Isso porque não são apenas resultado de diferenças fonéticas, mas também refletem aspectos culturais, históricos e sociais das comunidades linguísticas. Portanto, a dialetologia pluridimensional busca uma compreensão mais holística das variações linguísticas, considerando múltiplas dimensões de análise.

1.2 ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

O projeto do *Atlas Semântico-Lexical do Norte do estado de Mato Grosso* surgiu a partir da grande variedade linguística, econômica e cultural presente na região norte mato-grossense. Azevedo (2015) afirma que a distribuição de terras e as ações de colonização trouxeram muitos migrantes para o lugar, com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980. Esse fluxo migratório ocasionou a criação de uma comunidade diversificada em vários aspectos, de maneira que os falantes percebiam as diferenças na fala.

A partir disso, houve a necessidade de determinar a extensão da variedade para o estudo e a formação do Atlas. De acordo com Azevedo (2015), os fatores considerados foram: espaço geográfico, tempo para investigação, suporte teórico e metodológico e o alcance proporcionado por esse tipo de pesquisa. Em função disso, realizou-se o estudo das variantes lexicais dos imigrantes de outros estados, os quais passaram a compor o falar da região Norte de Mato Grosso.

O projeto teve o objetivo principal de esboçar uma representação semântico-lexical do Norte de Mato Grosso, relacionando as variantes lexicais e a origem do falante. As variantes diatópicas lexicais foram registradas em cartogramas. Identificou-

se uma grande variedade de palavras e expressões usadas no norte de Mato Grosso para se referir a objetos, animais, plantas, atividades, lugares e pessoas. Alguns termos são exclusivos do norte de Mato Grosso, enquanto outros são compartilhados com as demais regiões do Brasil.

As variações semânticas e léxicas das variedades da língua portuguesa faladas no norte de Mato Grosso relacionam-se com fatores como: a idade, o gênero, a ocupação, o nível de escolaridade e a origem geográfica dos informantes. Azevedo (2015) também aponta, como aspecto positivo, o diálogo do texto com outros da mesma área, como o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) ou o Questionário Semântico-Lexical (QSL). Devido à inúmera diversidade do local e junto aos imigrantes de outros estados, a pesquisa alcança as variantes de diversas regiões, não se limitando ao local estudado.

1.3 ATLAS LINGUÍSTICO DE MATO GROSSO DO SUL

O projeto *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* surgiu em 2007, com a primeira versão elaborada pela Professora Albana Xavier Nogueira (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal — UNIDERP), que contou com o apoio e a colaboração da Professora Maria José Toledo Gomes, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O atlas tem o objetivo de contribuir para o ensino da língua e para os estudos com as variantes da língua do estado.

Os dados sobre aspectos históricos, culturais e sociais, fundamentados a partir da Geolinguística e Sociolinguística, servem de apoio a quem cogita estudar as variantes de Mato Grosso do Sul. As informações foram recolhidas em entrevistas realizadas pelo método direto e indireto, gravadas e transcritas fonética e gramaticalmente. Nas 32 localidades, quatro informantes, dois de cada sexo, foram entrevistados e classificados conforme o sexo, a faixa etária, o grau de instrução e a naturalidade.

Segundo Oliveira (2006), três fatores motivam fortemente a descrição do panorama de Mato Grosso do Sul: as migrações (mineiros, paulistas e goianos, interessados na atividade agropecuária; pernambucanos e baianos, lutando pela sobrevivência em qualquer atividade), os nativos e as divisas geográficas — com participação de bolivianos e paraguaios. O Atlas apresenta um quadro com as

interferências culturais que ocasionaram a variedade linguística do estado de Mato Grosso do Sul. O processo de construção demandou muito tempo, mas foi de suma importância para os estudos da região e o conhecimento da diversidade do estado.

1.4 ALINGO — ATLAS LINGUÍSTICO DE GOIÁS: LÉXICO-FONÉTICO

Publicado no início de 2015, o Atlas Linguístico de Goiás - léxico-fonético (ALINGO) - originou-se a partir de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (FAPEG), liderada pelo professor Sebastião Elias Milani, junto aos Professores Tânia Ferreira Rezende e Daniel Marra da Silva. O Atlas é composto por dados de todas as regiões do estado.

Goiás foi ocupado, inicialmente, por imigrantes portugueses que traziam seus escravos. Os bandeirantes paulistas e mineiros representaram outra leva de migrantes, cuja participação linguística foi maior, e seu modo de falar tornou-se o mais prestigiado. Os boiadeiros maranhenses, baianos e piauienses, candangos, baianos e cearenses, construtores de Brasília, e sulistas, plantadores de soja, também contribuíram para a fala do estado, cada um de forma diferente.

A divisa de e sua posição geográfica no centro do Brasil evidenciam a ligação entre a variante e a sua região de origem. Do Sul para o Norte do estado, ocorreu a contribuição bandeirante, genericamente chamada de caipira. Do Norte e Noroeste do estado até o entorno de Brasília, houve a contribuição de boiadeiros e candangos, variantes nortista e nordestina.

O ATLAS BUSCAVA FORMAR UM ACERVO DAS VARIANTES PARA FUTURAS PESQUISAS LINGUÍSTICAS, ALÉM DE ESQUEMATIZAR OS FATOS LINGUÍSTICOS DE ORIGEM FONÉTICO-FONOLÓGICA (DIFERENTES PRONÚNCIAS DE UM FONEMA) E LEXICAL (FORMAS DISTINTAS DE REPRESENTAR UM MESMO VALOR SIGNIFICATIVO). A DESCRIÇÃO DA REALIDADE LINGUÍSTICA DO ESTADO TAMBÉM ERA UM OBJETIVO, COM FOCO EM DEMONSTRAR A VARIANTE DIATÓPICA.

O estudo feito pelo atlas alicerçou-se em procedimentos metodológicos da Geolinguística Pluridimensional, abrangendo quatro fatores: a rede de pontos, o perfil do informante, o questionário linguístico e o inquiridor. A pesquisa desenvolveu-se com base nos critérios da metodologia de elaboração do dialetólogo brasileiro Antenor

Nascentes.

Após a análise teórica, investigou-se a área que seria estudada, a fim de um aprofundamento dos aspectos históricos, econômicos, geográficos e sociopolíticos. A partir dessa pesquisa, selecionaram-se os critérios para a escolha das localidades. Com essa seleção, era necessário escolher dois informantes. Cada faixa etária dos municípios contou com seis entrevistados, de ambos os sexos e variadas profissões, selecionados a partir dos seguintes critérios: natural do município, ter pais que nasceram na região, ter residido ali sempre e ter um professor natural da região.

A pesquisa alcançou os objetivos iniciais propostos. Construiu-se um acervo digital dos falares do povo goiano, o que contribuiu para a preservação cultural e linguística do estado e, além disso, facilitou o estudo dos modos de fala e das interações nas regiões de Goiás. O ALINGO foi produto da pesquisa, comprovando outros trabalhos feitos na área, e demonstrou uma nova realidade linguística causada por fenômenos, como a urbanização e a globalização.

A partir do resultado dos estudos do atlas, percebemos que o modo de falar goiano sofreu forte influência dos imigrantes paulistas, mineiros e portugueses (bandeirantes) que tiveram como empréstimo o alofone retroflexo [ɾ] para o fonema /R/, e a vocalização [w] para o fonema /H/. Por serem menores em número, as imigrações nortista e nordestina tiveram menor participação em mudanças fonéticas no falar goiano, como o alofone aspirado — gloto-velarizado — [h] para o fonema /R/.

1.5 ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DO ESTADO DE GOIÁS

O Atlas Semântico-Lexical do estado de Goiás foi publicado em 2012, como tese de doutoramento, escrita por Vera Lúcia Dias dos Santos Augusto. A pesquisa ocorreu em nove municípios — Aruanã, Caldas Novas, Cidade de Goiás, Goiandira, Ipameri, Mineiros, Morrinhos, Pirenópolis e Trindade — e buscava descrever a norma semântico-lexical. Para isso, a autora realizou uma pesquisa de campo, feita por meio de trabalhos de cunho geolinguístico, para a coleta dos dados.

As modificações linguísticas e culturais no estado de Goiás, provocadas pelas mudanças econômicas e populacionais, consistiram em um dos fatores que contribuíram para a construção do atlas, o registro e a preservação das variantes goianas. A metodologia baseou-se na Geolinguística contemporânea, com o uso do QSL, do Projeto ALiB. Com as respostas das entrevistas, criou-se um banco de dados

semântico-lexical e, posteriormente, os dados foram descritos e documentados em 202 cartogramas linguísticos, a fim de apresentar os resultados da variedade semântico-lexical dos falares dos pontos pesquisados.

Segundo a autora, mesmo com muitos estudos na área linguística, ainda há diversas áreas não contempladas. Por isso, é importante descrever a realidade linguística dessas regiões; a partir desses apontamentos, a autora buscou encontrar a norma semântico-lexical de nove municípios pesquisados de Goiás, visando construir o Atlas Semântico-Lexical do estado de Goiás. Em seu estudo, ela utilizou os critérios convencionais da pesquisa geolinguística, considerando a escolha dos locais, a seleção dos sujeitos, a aplicação do QSL e a exposição dos dados na forma de gráficos.

Como primeiro passo, houve um estudo teórico do assunto e, em seguida, realizaram-se pesquisas de campo para coleta de dados. Essa organização conduziu a constituição e a transcrição dos dados e, então, descreveu-se o *corpus*. Por fim, os dados foram dispostos em gráficos, tabelas, diagramas e cartogramas. Como estava proposto, a pesquisa descreveu, de forma qualitativa e quantitativa, a norma semântico-lexical utilizada pelos sujeitos entrevistados no estado de Goiás. Assim como em outros trabalhos de natureza geolinguística, o estudo expôs a forma da fala da língua portuguesa no estado.

A autora afirma que as variantes linguísticas, a interação e a comunicação de uma sociedade refletem uma realidade sociocultural. Também assevera que os estudos geolinguísticos regionais têm descrito grandes possibilidades para a ciência da linguagem. Mesmo que não fosse um objetivo, o atlas demonstrou a influência da colonização e dos fluxos migracionais desde o final do século XVII, junto a manifestações culturais, recebidas por bandeirantes, nortistas e nordestinos, entre outros. Essas contribuições conduziram até a norma presente atualmente nos pontos pesquisados.

1.6 O PROJETO ALiB

Por volta de 1952, surgiu a primeira manifestação favorável à realização de um Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Segundo Cardoso *et al.* (2013, p. 13), “através do Decreto n° 30.643, de 20 de março, assentava-se, no seu art. 3°, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a elaboração do Atlas

Linguístico do Brasil”. A partir dessa ideia, os passos iniciais para a elaboração concretizaram-se, sobretudo, por Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Antenor Nascentes. Porém, devido às dificuldades para alcançar o objetivo da produção de um atlas nacional, os dialetólogos brasileiros iniciaram o mapeamento linguístico do Brasil, com a realização dos atlas regionais.

No final do ano de 1996, na cidade de Salvador, durante o Seminário “Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil”, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), representantes das Universidades Federais da Bahia, Paraíba, Juiz de Fora, Rio Grande do Sul e da Universidade Estadual de Londrina constituíram um Comitê Nacional para a efetiva elaboração do Projeto ALiB. Para isso, criaram o Comitê Nacional, que cumpre as etapas traçadas no projeto inicial, de acordo com um cronograma, seguido por todas as equipes regionais.

Dentre os objetivos, destacam-se: a) descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas nas perspectivas da Geolinguística; b) oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, dentre outras) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o ensino fundamental e o ensino médio, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil; c) estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, evidenciando as diferenças regionais, por meio de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.

O ALiB prioriza a variação diatópica, relacionando-a com as implicações de natureza social. De acordo com Cardoso e Mota (2006, p. 29), o ALiB estabeleceu como dimensão “documentar o país de Norte a Sul, de Leste a Oeste, e lembrando Nascentes, ‘do Oiapoque ao Chuí’”. Isso totalizou 250 pontos, com 1.100 informantes, distribuídos por dois sexos, duas faixas etárias e dois níveis de escolarização, apenas nas capitais. Conforme as informações do site do projeto, todas as 250 localidades visitadas, incluindo as capitais e as cidades interioranas, já concluíram os inquéritos. Foram 257.851 quilômetros percorridos, 3.500 horas de gravações, para documentar os 1.100 informantes (Quadro 2).

Quadro 2 — Metodologia do projeto ALiB

DIMENSÕES	PARÂMETROS
Diatópica	Atlas topostático que reúne uma rede de pontos de 250 localidades brasileiras (cidades de pequeno, médio e grande porte), incluindo as capitais de estados, exceto Palmas (capital de Tocantins) e Brasília (capital do Distrito Federal) em virtude de serem cidades de fundação recente. As 250 localidades estão distribuídas pelos 26 estados da Federação e foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: densidade demográfica, áreas de fronteira, áreas dialetais já delineadas por pesquisas geolinguísticas produzidas no Brasil (atlas regionais).
Diageracional	Falantes de duas faixas etárias: Faixa 1 – 18 e 30 anos; Faixa 2 – 50 e 65 anos.
Diassexual	Falantes do sexo masculino; Falantes do sexo feminino.
Diastrática	Falantes com dois graus de escolaridade: Ensino Fundamental (localidades do interior e nas capitais); Superior (capitais).
Diafásica	Questionário linguístico; Texto para leitura; Discursos semidirigidos (temas para o informante discorrer livremente).
Diarreferencial	Apuração de fatos metalinguísticos e epilinguísticos.

Fonte: Isquierdo; Romano (2012, p. 903).

Isquierdo e Romano (2012) afirmam que, além das variáveis sociolinguísticas, existem outras também consideradas pelo projeto. Mesmo que não se configurem como critério para a seleção dos informantes, são de extrema importância para o projeto, pois apresentam informações sociolinguísticas que auxiliam na interpretação e na análise dos dados linguísticos documentados, pelos inquéritos, realizados *in loco* pelos pesquisadores do projeto ALiB e registrados na ficha do informante. Diante do exposto, é inegável que o projeto trouxe benefícios aos estudos geolinguísticos, dialetológicos e sociolinguísticos a respeito do PB. Isso se faz presente em inúmeros artigos científicos, monografias e teses, publicados desde então.

1.7 SOCIOLINGUÍSTICA: A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Apesar de ser uma ciência recente, a Sociolinguística se desenha há muito

tempo, com linguistas como Bakhtin e membros do Círculo de Praga, que já consideravam o contexto sociocultural no qual o sujeito realiza a linguagem (Bortoni-Ricardo, 2014).

Bakhtin e Labov são frequentemente reconhecidos como os principais representantes da Sociolinguística Russa e Americana, respectivamente, em função de sua relevância teórica. Embora suas abordagens apresentem divergências conceituais, ambos compartilham perspectivas semelhantes em relação ao funcionamento da linguagem, às dinâmicas sociais e à constituição da identidade (Severo, 2008)

A Sociolinguística começou a ser demarcada por Bright e Fishman. Contudo, os estudos sociolinguísticos só ganharam força e visibilidade a partir das investigações do teórico Labov, em sua dissertação em 1963, com a pesquisa sobre o inglês falado na ilha de *Martha's Vineyard*, no estado de Massachusetts (EUA). O autor comprovou, efetivamente, a possibilidade de sistematizar a variação existente na língua falada, a partir das condições sociais.

Ao analisar o falar dos habitantes da ilha Martha's Vineyard, Labov concebe a vertente quantitativa da Sociolinguística. Foi a partir desse trabalho que ele construiu uma metodologia na qual os dados linguísticos são passíveis de sistematização e análise.

O estudioso estabeleceu alguns fatores extralinguísticos e, por meio de entrevistas, analisou a variação fonética dos ditongos /ay/ e /aw/, a fim de verificar a oposição entre presença ou ausência de centralização. As considerações de Labov (2008) revelaram que a comunidade sofreu grandes influências sociais, por conta dos veranistas vindos do continente. Porém, a variante inovadora, considerada de maior prestígio, não foi assimilada pelos nativos, sobretudo os de maior faixa etária. Assim, os nativos de Martha's Vineyard mantinham e até exageravam na pronúncia da vogal-núcleo centralizada — variante conservadora não padrão —, com intuito de demarcar seu espaço e reafirmar a identidade cultural e social da comunidade.

O pesquisador, em sua tese de doutorado, ao estudar a estratificação do “r” em falantes de lojas de departamento na cidade de Nova Iorque, em 1966, acrescenta outro estudo fundador aos estudos sociolinguísticos, analisando o fenômeno de presença versus ausência da consoante pós-vocálica (/r/). Além do estrato social, Labov também constatou outras variáveis de cunho social dos vendedores, estabelecendo, dessa forma, um modelo teórico-metodológico de descrição e

interpretação de fenômenos linguísticos que investiga a correlação de aspectos linguísticos e sociais.

Ao inserir-se nessas comunidades de fala, a fim de estudar a variação da língua, o método de Labov (2008) visava coletar dados de maneira mais espontânea possível. Segundo o autor, essa parte da pesquisa é muito trabalhosa, pois, a partir do momento que o sujeito sabe que está diante de uma situação monitorada, a coleta pode sofrer interferências quanto à fala produzida. Para coletar dados fidedignos aos usados da forma mais espontânea, apenas no final da pesquisa, os participantes eram informados de se tratar, especificamente, de um estudo sobre o uso da linguagem. Labov (2008) utilizou uma metodologia quantitativa, fixando-se em uma dessas comunidades, a fim de coletar e analisar dados de um mesmo grupo social. Segundo o pesquisador, é preciso vincular a língua a fatos sociais, pois o ser humano, inserido em uma sociedade, está em constante mudança. Dessa forma, a heterogeneidade da língua acompanha essas mudanças e é responsável pela variação sofrida pela língua.

Assim, a Sociolinguística Variacionista ou Laboviana considera fatores linguísticos e extralinguísticos, ao analisar a relação entre língua e sociedade, ou seja, a língua em uso e todas as suas variantes. Como a variação linguística é própria da sociedade, revela a diversidade presente, por meio das distintas comunicações que acontecem de variadas formas entre os sujeitos inseridos geográfica, econômica e socialmente em determinado contexto.

Para Labov (2008), muitas vezes, a variação linguística foi ignorada por estudos da área, pois havia diversas lacunas sobre o assunto. Toda variedade da língua apresenta uma estrutura gramatical e é válida e passível de estudos. Assim, idade, sexo, posição social, espaço geográfico e interação com os outros são aspectos que interferem no modo como o sujeito produz a fala, ao influenciar e ser influenciado. De fato, ao utilizar a língua, os sujeitos assumem papéis sociais, pois, ao mudar o contexto, a linguagem também se difere.

Dentro dessa perspectiva, a Sociolinguística colabora com o reconhecimento das variantes, bem como com os aspectos sociais presentes nas manifestações dos julgamentos linguísticos que acontecem no meio social. Segundo Labov (2008), a língua foi percebida como uma estrutura fixa, correta e imutável durante muito tempo, tratando os falantes como homogêneos, o que contribuiu para estigmatizar as variantes da língua que se distanciam do padrão estabelecido.

Segundo o autor, o modo de avaliação social de uma variante da língua ocorre

de maneira consciente e inconsciente, por meio de três conceitos: estereótipos, marcadores e indicadores: os estereótipos são os traços linguísticos socialmente marcados de forma consciente pelos falantes; os marcadores são os traços linguísticos sociais e estilísticos e que permitem efeitos consistentes sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte sobre o falante; e os indicadores são os traços socialmente estratificados, no entanto, não são sujeitos à variação estilística. Como exemplos, nos pronomes *tu* e *você*, o primeiro é utilizado com tom íntimo e familiar, e o segundo, como pronome de segunda pessoa, ao referir-se a pessoas desconhecidas ou mais idosas. Dentro dessa perspectiva, especialmente a respeito de estereótipos, surgem diversos preconceitos, pois quem não possui a mesma maneira de falar, não se enquadra nas normas consideradas certas, causando estranhamento e não aceitação do outro.

A Teoria da Variação e Mudança Linguística tem como objeto de estudo a variação e a mudança da língua, considerando o caráter sociolinguístico, a estrutura da língua no contexto social de uma comunidade de fala (Labov, 2008). A partir disso, para compreender a Teoria da Variação e Mudança Linguística, é necessário considerar alguns princípios, como apresentado no quadro 3:

Quadro 3 — Teoria da variação e mudança linguística

A língua é um sistema inerentemente heterogêneo e ordenado.
A competência linguística do falante comporta a heterogeneidade da língua.
Não existe falante de estilo único.
O <i>lócus</i> do estudo da língua é a comunidade de fala, não o indivíduo.

Fonte: O autor 2023

Fatores linguísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados ao desenvolvimento da mudança linguística. Logo, ao descrever as regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico, são falhas as explicações apenas de um ou outro aspecto

A língua é um sistema heterogêneo e ordenado, pois remete ao princípio de que a heterogeneidade não interfere ou compromete o funcionamento da língua. Em outras palavras, se a língua fosse um sistema homogêneo e invariável, poderia ser disfuncional em uma comunidade de fala culturalmente diversificada (Weinreich; Labov; Herzog, 2006). Apesar desse caráter heterogêneo, a língua é um sistema

ordenado, pois os próprios falantes apresentam conhecimento sobre a formação de uma estrutura em uma determinada frase, e podem aceitá-la ou não. Exemplos são as frases:

- a) Helena incomodou Serginho à tarde (frase aceita pelo falante);
- b) *Incomodou Helena Serginho à tarde (frase não aceita pelo falante);
- c) *Incomodou Serginho Helena à tarde (frase não aceita pelo falante);
- d) *Incomodou Serginho à tarde Helena (frase não aceita pelo falante).

A segunda frase, "Incomodou Helena Serginho à tarde," é considerada não aceitável pelos falantes porque quebra a ordem natural das palavras em português, especialmente quando se trata da posição do sujeito e do objeto em relação ao verbo.

Em português, a ordem mais comum nas frases é Sujeito-Verbo-Objeto (SVO). Na frase original "Helena incomodou Serginho à tarde," a ordem está correta: "Helena" (sujeito) + "incomodou" (verbo) + "Serginho" (objeto direto). Quando alteramos a ordem para "Incomodou Helena Serginho à tarde," o verbo "incomodou" aparece antes do sujeito "Helena," o que gera uma inversão que não é natural na fala cotidiana. Essa inversão faz com que a frase soe estranha e confusa para os falantes, pois fere as expectativas de ordem sintática.

A aceitação de frases pelo falante depende muito de convenções sintáticas estabelecidas na língua. O estranhamento gerado pelas frases (b), (c) e (d) ocorre justamente porque essas construções fogem dessa convenção, o que dificulta a compreensão imediata e natural do enunciado.

Na perspectiva laboviana, não existe falante de estilo único, todos mostram variação fonológica, fonética, morfológica, semântica, lexical, sintática, estilística e pragmática. Assim, a língua apresenta muitas variações e não ocorre desorganizadamente, ou seja, todo e qualquer indivíduo varia a maneira de falar, independentemente do grau de escolaridade, da classe social ou da faixa etária. Por existir essa variedade nos modos de falar uma língua, é necessário reforçar a importância do respeito às construções que cada falante apresenta, pois nenhuma é melhor que a outra.

As pessoas que dizem Craudia, praca, pranta pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada

“feia”, “pobre”, “carente”, quando, na verdade, é apenas diferente da língua ensinada na escola (Bagno, 1999, p. 41).

No exemplo, observamos que, além do preconceito contra a língua, há a discriminação contra as pessoas que pertencem a uma classe social mais baixa, com a qual não se quer igualar, interagir ou incluir. Isso mostra que o preconceito existente não se refere somente às diferentes formas de uso da língua, mas ao preconceito social por parte de quem se considera superior.

Partindo da noção de não existir falante de estilo único, a teoria da variação e da mudança tem como objeto de estudo a comunidade de fala, não o indivíduo. Embora os sujeitos tenham conhecimento das regras e das categorias gramaticais, a Sociolinguística preocupa-se com a gramática geral da comunidade de fala, e não o sistema específico de um ou outro indivíduo (Coelho *et al.*, 2015).

Ao desenvolver uma pesquisa sobre variação e mudança linguística, é necessário considerar os fatores linguísticos e sociais, que estão relacionados a esses processos. Segundo Coelho *et al.* (2015, p. 72), “a explicação apenas de um ou outro aspecto falhará ao descrever as regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico”.

Na língua, apesar de existirem duas variantes em competição, não indica que uma delas caia em desuso e que a outra assuma a posição de prestígio, ou seja, as duas variantes podem conviver durante anos, sem haver a substituição de uma pela outra (Tarallo, 1999).

A Sociolinguística Variacionista apresenta conceitos teóricos que correlacionam sistema e heterogeneidade ordenada. Além de forças internas à língua, há as externas que atuam sobre ela. Logo, mesmo rompendo alguns limites, a Teoria da Variação e Mudança Linguística não nega a estrutura objetiva da língua, conforme afirma Lucchesi (2004, p. 8):

A abordagem da Sociolinguística Variacionista vem romper com essa visão, trazendo para debate conceitos teóricos que correlacionam sistema com heterogeneidade ordenada em que, para além de forças internas à língua, há forças externas que estão atuando sobre ela. Mesmo rompendo alguns limites, a Teoria da Variação e Mudança Linguística não nega a estrutura objetiva da língua.

A perspectiva da Sociolinguística Quantitativa, proposta por Weinreich, Labov e Herzog (2006), tem o objetivo de descrever a língua em relação aos fatores sociais

e linguísticos, de acordo com seu uso variável. Isso permite revelar quais ambientes linguísticos ou sociais são mais relevantes para o fenômeno observado. Portanto, o levantamento dos dados de uma pesquisa Sociolinguística Variacionista deve estabelecer variantes, “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade”, e seus fatores condicionadores, as variáveis (Tarallo, 1999, p. 8).

1.8 NORMA E VARIAÇÃO

A norma culta refere-se à variedade usada pelos sujeitos que possuem proximidade com a modalidade escrita e, assim, apresentam um discurso que considera as regras gramaticais da língua. Já a norma padrão diz respeito a uma variedade linguística pertinente à padronização da linguagem, de forma que é vista como errônea toda fala que não segue a mesma estrutura (Faraco, 2008).

Por muito tempo, o conceito de norma foi associado à cultura do “erro”, ou seja, era considerado erro todo uso da língua que se afastasse do que determinava a norma. Assim, o termo “norma culta”, amplamente utilizado pela sociedade e até em Documentos Oficiais que tratam do ensino de Língua Portuguesa, mostra-se insuficiente perante a dimensão que ele representa (Faraco, 2015).

A necessidade de normatizar a língua acompanha o ideário romântico, pois alguns poetas da época almejavam uma “independência literária e cultural” (Faraco, 2015, p. 22). Diante disso, surge um embate entre os escritores brasileiros e os portugueses, que afirmavam que os brasileiros escreviam e falavam mal o português. Segundo Faraco (2015, p. 22),

na verdade, o que ocorreu neste embate entre letrados foi interpretar como erro as diferenças características do português culto brasileiro frente ao português culto europeu. Ou seja, o que deveria passar a ser considerado erro, com desconhecimento, inclusive, da própria história da língua e dos usos dos autores clássicos.

É importante ressaltar que a história da língua portuguesa no Brasil é complexa e marcada por diversos aspectos socioculturais. O contexto mencionado relaciona-se a uma perspectiva histórica em que o português culto europeu era idealizado como padrão linguístico, e qualquer variação do PB era estigmatizada e considerada inferior.

No século XIX, durante o período pós-independência do Brasil, a elite intelectual brasileira buscava consolidar uma identidade nacional que refletisse seus

interesses e ideais. Nesse contexto, intelectuais e políticos, incluindo Rui Barbosa, procuraram estabelecer uma unidade linguística para o país, com base em padrões linguísticos europeus, especialmente de Portugal.

Essa atitude, conhecida como “cultismo”, considerava as formas linguísticas do Português Europeu (PE) como superiores, e as do PB como inadequadas ou até “erradas”. Essa visão foi predominante em diversas instituições educacionais e literárias do Brasil, influenciando como conduzir o ensino da língua portuguesa e perpetuando uma estigmatização de variedades linguísticas regionais e populares.

Com o advento modernista, muitos manuais de gramáticas e dicionários de prestígio adotaram termos do português culto brasileiro sem muito destaque. Por mais que os contemplassem, muitos instrumentos usados na escola ainda se prendiam a estereótipos europeus não condizentes com a língua de fato utilizada por boa parte dos brasileiros. Nesse cenário, que ainda perdura, as concepções de norma se apresentam confusas.

Temos um percurso histórico que nos faz rechaçar nossas características linguísticas cultas e adotar uma norma artificial. Esta postura histórica deu origem a uma cultura normativa estreita, categórica e dogmática, sem qualquer fundamento em pesquisas linguísticas e filológicas sistemáticas. Ao cabo de um século e algumas décadas de descaminhos normativos, nos encontramos hoje em meio a dois conflitos cruciais: de um lado, a norma culta praticada de fato frente à norma culta artificial (predicada); de outro, o que me parece ainda pior, um discurso normativo relativamente flexível e que acolhe timidamente algumas das características da nossa expressão culta (Faraco, 2015, p. 25).

Para conceituar a norma é necessário definir a língua, bem como rever o conceito de variação linguística. Faraco (2015) aponta que toda língua é heterogênea, e a Língua Portuguesa não é diferente. Segundo o autor, a língua é tratada para além dos aspectos lexicais e gramaticais, mas considerada também objeto de identidade cultural, política e social. Assim, em uma mesma língua, encontram-se variedades dela.

Na visão de Faraco (2008), diante das variadas teorias, norma e variedade devem ser “equiparadas”. Assim, norma seria

[...] determinado conjunto de fenômenos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade [...] (Faraco, 2008, p. 35).

Ainda que, nesse sentido, a norma seja algo habitual e corriqueiro, de forma alguma se desvincula de ter organização. Na verdade, toda norma tem uma gramática. Assim, a noção de erro deve ser pensada, pois uma determinada norma não pode “condenar” outra (Faraco, 2008). Além do mais, nem todos os falantes dominam todas as normas e variedades, embora seja possível um mesmo falante dominar muitas variedades. A norma relaciona-se intrinsecamente à identidade daquele que a domina, pois diz respeito ao que é corriqueiro e habitual. Além disso, ela também se associa ao que é normativo, marcando um grupo linguisticamente e em termos de valores sociais, econômicos e culturais. Apesar de a concepção de norma parecer clara e concisa, há ainda muitos conflitos terminológicos. No senso comum, em relação à norma culta, surgem dois grupos distintos. Um deles idealiza a norma culta e a vê como inatingível, enquanto o outro a denomina como norma-padrão, acreditando ser possível alcançá-la, por meio do uso adequado e do estudo sistemático. Nas palavras de Faraco (2008, p. 172),

se as variedades cultas, em suas modalidades orais e escritas, são manifestações do uso vivo (normal) da língua, a norma-padrão [...] é um construto idealizado (não é um ‘dialeto’ ou um conjunto de ‘dialetos’, como o é a norma culta, mas uma codificação taxonômica de formas assumidas como um modelo linguístico ideal).

Assim, norma culta seria o real, a língua em uso, enquanto a norma-padrão seria algo idealizado e distante do real, inclusive documentos oficiais e livros didáticos acabam confusos em relação a essa terminologia.

Neste capítulo, explanamos os principais conceitos da Dialetoлогия e de seu método conhecido como “Geografia Linguística” ou “Geolinguística”. Buscamos apresentar uma visão panorâmica dos estudos dialetais atuais, iniciamos retratando o conceito de Dialetoлогия tradicional (monodimensional) até chegarmos à Dialetoлогия presente no século XXI (pluridimensional). Descrevemos, também, a importância dos atlas linguísticos publicados e apresentamos o Projeto ALiB e, por fim, o percurso da Sociolinguística.

No terceiro capítulo, relatamos os subsídios teóricos referentes à nossa pesquisa, que parte de uma breve apresentação dos estudos dialetológicos e geolinguísticos até chegar à Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008). Finalizando o capítulo, focalizamos o ALiB, responsável pela coleta e disponibilização dos dados utilizados na presente dissertação.

2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Apresentaremos neste capítulo o objeto desta pesquisa, a partir da definição de anáfora e da discussão sobre o clítico acusativo conforme algumas gramáticas. Em seguida, citamos alguns estudos que descrevem e analisam a variação do clítico acusativo e utilizam o aparato teórico da Sociolinguística para explicar esse fenômeno variável.

2.1 CONCEITO DE ANÁFORA

A anáfora é o recurso linguístico utilizado para referir-se a um termo anterior no corpo de um texto ou um discurso. Essa estratégia possibilita evitar repetições desnecessárias e contribui para a coesão textual. De acordo com Koch (2007), a anáfora é o mecanismo usado para referir-se a um elemento previamente mencionado no texto ou inferido a partir do contexto. Estas duas situações a seguir exemplificam o conceito¹:

- a) *“Luís comprou um sorvete. Agora seu filho quer **um** também”;*
- b) *“O avô da criança atropelada encontrava-se em estado lastimável! **O velho** chorava desesperado, sem saber que providências tomar”.*

No discurso da interação verbal, os referentes são construídos e reconstruídos, estabelecendo uma relação semântica entre os itens que dizem respeito ao mesmo referente. Em português, podemos classificar as formas remissivas como lexicais ou gramaticais; e dentro dessa subcategoria, como formas remissivas gramaticais presas e formas remissivas gramaticais livres.

As formas remissivas lexicais são grupos nominais definidos com um significado extensional, ou seja, designam referentes extralinguísticos. Além disso, trazem instruções de conexão, como a concordância de gênero e número. Exemplos são: expressões ou grupos nominais definidos, sinônimos, hiperônimos e, até, podem apresentar um lexema idêntico ao antecedente.

Por sua vez, as formas gramaticais remissivas não transmitem instruções de

¹ Os exemplos que ilustram os processos anafóricos foram retirados de Koch (2007).

sentido ao leitor, apenas fornecem instruções de conexão. As formas presas incluem artigos, pronomes, adjetivos e numerais, quando acompanhados por nomes, essas formas relacionam-se a um nome, concordando em gênero e/ou número, antecedendo-o, e com os possíveis modificadores do nome no grupo nominal. Já as formas remissivas gramaticais livres envolvem os pronomes pessoais de 3ª pessoa (retos e oblíquos) e os pronomes substantivos em geral (demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos, relativos etc.) que possuem função pronominal propriamente dita, bem como advérbios pronominais (lá, aí, ali, acima etc.).

Conforme afirma Koch (2007), além das formas remissivas gramaticais, há também as formas remissivas lexicais que fornecem tanto instruções de concordância quanto de sentido (fazem referência a algo no mundo extralinguístico). Neste grupo, podem ser incluídos os sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos entre outros.

2.2 PRONOME RETO E OBLÍQUO: O QUE OS GRAMÁTICOS DIZEM?

O caso acusativo é o determinante gramatical usado para marcar o objeto direto de um verbo transitivo, ou seja, quando o nome é o mais paciente da ação verbal. No latim *manus manum lauat*, *manus* e *manum* (“uma mão lava a outra”) possuem a mesma tradução: “mão”. Enquanto *manus* é nominativo, ou seja, sujeito da ação *lauat* e o agente; *manum* é o objeto direto, o acusativo. Logo, é o termo passivo, “uma mão” — agente — exerce a função de lavar, enquanto a outra — paciente — é lavada. Outro exemplo está em: “Eu tenho um lápis” “Eu o tenho” ou “Adoro chocolate”, “Adoro-o”.

O acusativo está presente em todas as línguas indo-europeias antigas (inclusive latim, sânscrito, grego antigo), nas línguas uralo-altaicas (como búlgaro e finlandês) e em línguas semíticas (como árabe e hebraico). Algumas línguas indo-europeias modernas ainda conservam o caso acusativo, como o alemão e o russo.

Como um verbo é uma ação e toda ação requer uma causa, do mesmo modo, ela produz um efeito. Um exemplo é dizer: “Paulo fez um brinquedo”, em que atribuímos a causa, ou seja, o sujeito, a Paulo, e a ação de fazer produziu um efeito. Portanto, o resultado da ação de Paulo é um brinquedo. Observando, porém, outros verbos, notamos que a ação expressa não produz, como no exemplo de Paulo, nenhum efeito. Assim, em “O sabiá voou”, não se pergunta: “Quem é que ele voou?” Isso quer dizer que a ação não produz resultado. No primeiro caso, citamos um verbo de predicação incompleta e, no segundo, de predicação completa, que, por sua vez,

não precisa de complemento. Existem quatro tipos de verbos de predicação incompleta:

Transitivo direto: Verbos que necessitam de um objeto direto para completar seu sentido, "Ele comeu a maçã".

Transitivos indiretos: Verbos que requerem um objeto indireto para expressar completamente a ação. "Ela gosta de música."

Intransitivos: Verbos que não exigem complemento para completar seu sentido, mas podem ser acompanhados de adjuntos adverbiais: "Ele correu rapidamente."

Verbo de ligação: Verbos que servem para ligar o sujeito a um termo que o completa (predicativo do sujeito) e não têm valor significativo sozinhos, "Ela está feliz."

Em latim, a construção *hominem* — [o] homem funciona como objeto direto (por exemplo: *hominem vidi* — Eu vi o homem). No português moderno, há duas séries de formas oblíquas que se correspondem respectivamente. Uma não podem ser regidas de preposição e figuram sempre como vocábulos átonos: "me", "te", "nos", "vos", "lhes", "o", "a", "os", "as". Outras são tônicas e dependentes de preposição: "mim", "ti", "nós", "vós", "ele", "ela", "eles", "elas". Assim, dizemos: "peço-te um favor"; "escrevo-lhe"; "escrevo-te"; "procurei-o"; "estas cartas são para mim".

As formas tônicas mencionadas empregam-se com as preposições em geral; sofrem, todavia, uma modificação quando regidas da partícula "com". Dizemos "com ele" (na 3ª pessoa), "comigo", "contigo", "consigo", "conosco", "convosco". O pronome átono "lhe", com o plural, é a forma de dativo (objeto indireto); e com as variações é o acusativo (objeto direto) da mesma 3ª pessoa. Todas as demais formas átonas servem indiferentemente para um e outro caso. As expressões "a mim", "a ti", "a ele", "a si", "a nós" etc., além de indicarem um objeto indireto, usam-se também para exprimir o objeto direto enfático: viu-me a mim, e não a ele.

O uso do pronome reto como objeto direto é uma ocorrência observada em estudos linguísticos, desde meados do século XX, e encontra apoio na obra de Marroquim (1934). O autor registrou esse fenômeno morfossintático:

Junte-se a isso tudo a necessidade de clareza e compreender-se-á o emprego de *ele*, *ela* como objeto direto. Esse emprego é geral em todo o Brasil. É construção que dificilmente será extirpada do falar brasileiro, pois atingiu todas as classes sociais. Terá de entrar na gramática, exceto se, como diz Said Ali, ela deixe de ser a codificadora dos fatos da linguagem, para ser um Cérbero a fórmulas inflexíveis (Marroquim, 1934, p. 176 – 177).

O pesquisador enfatiza a utilização generalizada, em todo o Brasil, do uso de "ele" e "ela" como objeto direto na linguagem. A ideia é que essa construção dificilmente será eliminada do modo de falar brasileiro, pois se tornou comum em todas as classes sociais. O autor indica que essa prática pode se tornar parte da gramática, a menos que deixe de ser a responsável por codificar os fatos da linguagem e passe a ser uma obstinação a fórmulas inflexíveis, conforme a analogia feita com 'Cérbero', o cão de três cabeças da mitologia grega.

Nascentes (1953, p. 120 – 121), ao descrever a gramática da língua carioca, faz as seguintes observações:

É um dos brasileirismos mais característicos o uso do pronome em caso reto na função de objeto direto: vi êle, encontrei ela. A respeito do assunto ha quatro explicações: a de Rui Barbosa e Sousa da Silveira, a de Paiva Boléo, a de Said Ali e Nella Aita e a de Amadeu Amaral, sem contar com a explicação eclética de Eduardo Carlos Pereira. [...] costumam todos os filólogos designar por brasileirismo (e eu em tal conta sempre o tive, até não há muito) o uso do pronome pessoal elle, elles, ella, ellas, como objeto do verbo: 'Eu vi elle. Deixei elle'. Dessa prática, entretanto, bastantes casos se me deparam nos clássicos mais antigos.

O autor argumenta que muitos filólogos costumam classificar como brasileirismo o uso dos pronomes pessoais "elle, elles, ella, ellas" como objeto do verbo, citando exemplos como "Eu vi elle" e "Deixei elle". No entanto, ele enfatiza que essa prática é encontrada em clássicos mais antigos.

No que diz respeito aos estudos dialetais, Amaral (1982, p. 75) também mencionou esse fenômeno linguístico:

O pronome ele ela pode ser objeto direto: peguei êle, enxerguei elas. Este fato é um dos mais generalizados pelas diversas regiões do país. Dele se encontram alguns exemplos em antigos documentos da língua; mas é claro que o brasileirismo se produziu independentemente de qualquer relação histórica com o fenômeno que se verificou, sem continuidade, no período ante-clássico do português.

O conceito de pronome reto e oblíquo apresenta-se praticamente uniforme entre os estudiosos do tema. Para Almeida (2009, p. 81), pronomes são “[...] palavras que ou substituem ou podem substituir um nome, um substantivo: ele, que, quem”. Enquanto os “pronomes retos são os que têm por função representar o sujeito do verbo da oração; são retos os pronomes eu, tu, ele (ou ela), nós, vós e eles (ou elas)” (Almeida, 2009, p. 171), os oblíquos têm por “função complementar, isto é, são os que

têm por função de representar o complemento do verbo” (Almeida, 2009, p. 171).

Neves (2002) parece questionar o conceito convencional de pronome:

[...] Tem-se repetido por séculos que os pronomes “fazem as vezes dos nomes”, mas essa fórmula precisa ser urgentemente corrigida: sintática e semanticamente falando, o pronome é muito diferente do substantivo, ao passo que há muitas características que o assimilam a um sintagma nominal. De fato, os pronomes pessoais e os sintagmas nominais (não propriamente os substantivos) têm uma distribuição muito semelhante, ou seja, ocupam, na estrutura sintática da sentença, espaços que são praticamente os mesmos. Além disso, os pronomes pessoais não aceitam determinantes nem adjuntos, e isso os caracteriza como sintagmas “fechados”, não sujeitos a expansão (Neves, 2002, p. 21).

Conforme as gramáticas prescritivas da língua portuguesa, os pronomes retos, “eu”, “tu”, “ele/ela(s)”, “nós”, “vós”, assumem função de sujeito, enquanto os oblíquos átonos, “me”, “te”, “se”, “lhe(s)”, “nos”, “vos”, “o(s)”, “a(s)”, assumem formas próprias do objeto, como exposto no quadro 4:

Quadro 4 — Paradigma pronominal

Pessoa	Pronomes sujeitos (caso reto)	Pronomes objetos (oblíquos átonos)
1ª singular	Eu	Me
2ª singular	Tu	Te
3ª singular	Ele, ela	O, a, se, lhe
1ª plural	Nós	Nos
2ª plural	Vós	Vos
3ª plural	Eles, elas	Os, as, se, lhes

Fonte: Adaptado de Cunha; Cintra (2008).

Cunha e Cintra (2008, p. 302), em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, registram o uso dos pronomes do caso reto “ele (s)” e “ela (s)” como objeto direto em sentenças como: “Vi ele” ou “Encontrei ela”. Os autores, no entanto, orientam que: “Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritores portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada”. Para eles, embora sejam utilizadas, as formas átonas (o, a, os, as) são “perfeitamente legítimas” para a construção das expressões.

Lima (1972, p. 284), na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, descreve, quanto às regras da colocação dos pronomes, que o pronome “ele” ocorre na posição

de objeto direto quando preposicionado, exemplificando: “Nem ele entende a nós, nem nós a ele”. Apesar das afirmações dos autores mencionados apontarem para o uso do pronome oblíquo na função sintática de objeto direto (acusativo), pesquisas também demonstram que o pronome reto ocorre com essa função sintática. Exemplos são: “Ajuda **eu**” e “Eu vi **ela** no mercado”. Embora contrariem as normas gramaticais, é necessário considerar o conhecimento natural dos falantes, adquirido de forma empírica. Esse processo leva a explorar a diversidade da variação linguística: diatópica, diacrônica, diastrática, diafásica ou diageracional.

Já a *Pequena Gramática do Português Brasileiro*, escrita por Castilho e Elias (2012), concentra-se no português falado no Brasil e introduz uma abordagem inovadora para compreender as regras da língua. Ela traz vários exemplos, textos elucidativos e atividades que acompanham cada tópico abordado. Essa gramática parte do pressuposto de que a língua manifesta-se principalmente por meio de seu uso, em contraste com as gramáticas tradicionais, que enfatizam o inverso: a necessidade de conhecer uma norma padrão antes de utilizá-la. Portanto, trata-se de uma gramática prática e funcional, concebida para professores e alunos.

Essa *Pequena Gramática*, que adota uma abordagem mais didática, foi publicada posteriormente à *Nova Gramática do Português Brasileiro* (Castilho, 2010), na qual se apresenta a teoria gramatical de maneira mais densa e complexa. Além disso, ela organiza as classes gramaticais por capítulos, e no terceiro há a seção dedicada aos pronomes, com uma subseção específica sobre pronomes pessoais, sendo examinados nesta pesquisa (Quadro 5).

Quadro 5 — Pronomes

Pessoa	PB formal		PB informal	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1ª pessoa	<i>Eu</i>	<i>Me, mim, comigo</i>	<i>Eu, a gente</i>	<i>Eu, me, mim, prep. + eu, mim</i>
2ª pessoa	<i>Tu, você, o senhor, a senhora</i>	<i>Te, ti, contigo, (prep. +) o senhor, com a senhora</i>	<i>Você/ocê, /tu</i>	<i>Você/ocê/cê, te, ti, prep. + você/ocê (= docê, cocê)</i>
3ª pessoa	<i>Ele, ela</i>	<i>O/a (em desaparecimento), lhe, se, si, consigo</i>	<i>Ele/ei, ela</i>	<i>Ele, ela, lhe, prep. + ele, ela</i>
1ª pessoa	<i>Nós</i>	<i>Nos, conosco</i>	<i>A gente</i>	<i>A gente, prep. + a gente</i>
2ª pessoa	<i>Vós (de uso muito restrito), os senhores, as senhoras, vocês</i>	<i>(prep. +) os senhores, as senhoras</i>	<i>Vocês/ocês/cês</i>	<i>Vocês/ocês/cês, prep. + vocês/ocês</i>
3ª pessoa	<i>Eles, elas</i>	<i>Os/as (em desaparecimento), lhes, se, si, consigo</i>	<i>Eles/eis elas</i>	<i>Eles/eis, elas, prep. + eles/eis, elas</i>

Fonte: Adaptado de Castilho.

Como apresentado no quadro 5, no que se refere aos pronomes em questão, notamos uma diferença marcante na descrição, quando comparada às gramáticas normativas convencionais. Os autores não se restringem a definir apenas o que é considerado normativo; em vez disso, apresentam todas as possibilidades reais de uso da língua.

Outro ponto notável, especialmente em relação aos pronomes oblíquos de terceira pessoa, é os autores afirmarem que esses pronomes estão em declínio e em vias de desaparecimento. Para ilustrar, citam: “o pronome complemento ‘o’ (e suas variantes ‘lo’ e ‘no’) estão em desaparecimento, sendo substituídos pela forma única ‘ele’” (Castilho, 2012, p. 98). Isso fica evidente na frase de exemplo: “ainda não vi ele hoje” (Castilho, 2010, p. 479).

Portanto, essa abordagem oferece uma perspectiva consideravelmente diferente da encontrada nas gramáticas normativas, pois os autores exploram todas as facetas do uso real da língua, em vez de se restringirem ao estritamente normativo.

Conforme os exemplos, o estudo da incidência do pronome reto como objeto

direto é desenvolvido desde o século passado. A tradição gramatical traz diferentes pontos de vista em relação às formas possíveis do objeto acusativo, de modo que recomendam o pronome clítico para exercer essa função sintática.

O próximo capítulo aborda alguns estudos sociolinguísticos que analisaram o objeto direto anafórico em amostras de língua falada e escrita, provenientes de várias regiões do Brasil. Alguns desses trabalhos incluem as pesquisas de Cyrino (1997), Galves (1988), Duarte (1989) e Omena (1978).

3 ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS SOBRE FORMAS ANAFÓRICAS NO ACUSATIVO

Nesta seção, abordaremos alguns trabalhos sociolinguísticos que já analisaram o objeto direto anafórico em amostras do PB.

O uso variável do objeto direto anafórico já foi muito estudado em amostras de língua falada e de língua escrita em diferentes regiões do Brasil, como Cyrino (1997), Galves (1988), Duarte (1989), Omena (1978). Em geral, os autores afirmam que o clítico acusativo de 3ª pessoa é a forma menos usada para representar o objeto direto no português do Brasil.

3.1 ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DE DADOS DE ESCRITA

Segundo Galves (1988), o clítico acusativo não é mais produzido pela gramática “nuclear” da língua, que legitima apenas clíticos de primeira e segunda pessoa. Para Nunes (1993) e Silva (2004), a manutenção dos clíticos acusativos de 3ª pessoa no PB atual deve-se à ação normativa da escola. Esses autores também favoreceram as pesquisas sociolinguísticas, com base em dados da língua escrita.

Omena (1978) fez um trabalho sobre o objeto direto anafórico e analisou a fala de quatro adultos (dois homens e duas mulheres), alunos da classe social baixa do Rio de Janeiro em fase de alfabetização (alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBREAL). Para isso, ela gravou sete entrevistas por indivíduo, totalizando 28 horas de áudio. A autora tinha como variável dependente o pronome pessoal de terceira pessoa, podendo ser realizado em três diferentes formas: elíptica, pronome sujeito — ele(s), ela(s) — ou pronome objeto — o(s), a(s).

Essa pesquisa computou 1.415 dados, distribuídos da seguinte maneira: 0% clítico acusativo, 24% de pronome sujeito e 76% de ON. Os fatores linguísticos mais relevantes para o estudo, segundo a autora, foram: o “traço semântico do antecedente”, a “função sintática do antecedente” e o “pronome com ou sem dupla função”.

Em relação ao “traço semântico do antecedente”, a pesquisadora constatou que os antecedentes [- animado] são os que mais favorecem o apagamento do objeto. Entre os informantes da amostra, o antecedente [- animado] teve pesos relativos entre 0,73 e 0,83 para o ON. Consoante o estudo de Neves (2002, p. 618), o grau de

animacidade exerce grande influência para determinar o ON.

Duarte (1989) analisou as forças que possivelmente influenciam a variação do objeto anafórico na fala de paulistas e em amostra de linguagem televisiva. Nos dados referentes à fala natural (entrevistas sociolinguísticas), foi considerado o nível de escolaridade e a faixa etária dos falantes. Dessa forma, na fala veiculada pela televisão, analisaram-se quatro horas de episódios de novelas e mais quatro horas de entrevista.

Segundo a autora, a variável dependente realizou-se em diferentes variantes, com os seguintes percentuais: clítico acusativo (4,9%); PL (15,4%); SNs anafóricos (17,1%) e categoria vazia objeto (62,6%). Na investigação desse fenômeno, Duarte (1989) controlou fatores linguísticos de ordem morfológica, sintática e semântica que condicionam a variação.

Por sua vez, Cyrino (1997) fez um estudo diacrônico da não realização do objeto direto no Brasil dos séculos XVI ao XX. A autora coletou 300 dados de cada século, em textos considerados brasileiros (como peças teatrais, cantigas, modinhas e poesias satíricas). A variável dependente analisada pela autora foi concretizada na forma de duas variantes: as posições de objeto direto vazias e de objeto direto preenchidas. As variáveis independentes analisadas foram: tipo de antecedente, se o objeto for nulo; forma de realização, se o objeto for preenchido; modo verbal; tipo de oração em que ocorre; tipo de verbo, quando elipse sentencial ou “o” neutro; e animacidade.

Conforme os principais resultados, a autora observou que o ON apareceu em todos os séculos, mas com diferença nas frequências. Logo, o número de objetos preenchidos decaiu ao longo dos séculos. No século XVI, o percentual era de 89,3%, e no século XX, de 20,9%. A ocorrência de ON cresceu com o tempo (10,7% no século XVI e 79,1% no século XX).

Verifica-se a atuação do problema da transição, ao estudar a mudança linguística diacrônica, de longa duração, entre cinco séculos do PB, e o processo de implementar uma nova variante — ON —, usada com baixa frequência nos séculos iniciais da amostra. Em relação ao problema do encaixamento, a autora constatou condicionadores linguísticos influenciando a ocorrência de ON, ao comparar os séculos, com destaque para as variáveis “animacidade” e “especificidade”.

Segundo Cyrino (1997), o ON, com antecedente SN [+ específico], começou a aparecer no século XIX, e esse aumento ocorreu apenas em contextos de ON com

antecedente [- animado]. A autora observou que o traço [- animado] conduz ao aumento do ON cujo antecedente é um SN [+ específico]. Já quando o antecedente era SN [- específico], a frequência de ON aumentou somente no século XX, quando o “traço animacidade” não foi o mais importante. A autora concluiu que o aumento foi causado pelo traço [- específico].

Costa (2011) pesquisou o comportamento do ON, diacronicamente, em peças teatrais de autores lisboetas e florianopolitanos dos séculos XIX e XX. No referido estudo, a variável controlada — o objeto anafórico em sentenças declarativas — é binária, formada pelas variantes ON e objeto preenchido, com as variáveis independentes controladas: a) variedade do português — PB ou PE; b) século de nascimento do autor; c) estatuto da oração; d) pessoa do discurso; e) animacidade do referente; f) especificidade do referente; g) forma de realização do objeto; h) ordem do objeto; i) elemento entre o verbo e o objeto; j) estatuto do referente; e k) estrutura da oração.

Para a análise do fenômeno, Costa (2011) realizou uma estatística preliminar, em que considerou o preenchimento e o não preenchimento do objeto dos dados do PB e do PE juntos. Tanto no PB (66%) quanto no PE (61%), o percentual de objetos preenchidos foi maior do que o de nulos. Assim, os resultados apresentaram maior tendência ao ON, quando o referente era [-animado] (0,77 de peso relativo, contra 0,13 para os [+ animados]). Percebeu-se que a 3ª pessoa era a grande favorecedora para a elipse (0,53 de peso relativo, contra 0,28 da 2ª pessoa). No século XX, a frequência de ON foi maior do que o dobro da observada no século XIX (54% para o século XX e 23% para o século XIX).

Depois da etapa inicial, a autora realizou duas outras. Em cada uma, considerou uma variedade do português (PB ou PE), apresentando apenas os resultados referentes ao PB e às variáveis relevantes do trabalho dela. Em relação ao PB, Costa (2011) verificou que os fatores de ordem linguística (animacidade do referente, pessoa do discurso e social e século de nascimento do autor da peça) foram mais relevantes.

A autora confirmou a hipótese de que, no PB, a maioria das ocorrências de ONs possui antecedente inanimado. O traço [- animado] do referente favoreceu o ON, pois essa variante teve peso relativo de (0,77), resultando a comprovação da hipótese. Costa (2011) destaca que Cyrino (2007) explica o fato de, com base na hierarquia da referencialidade, o objeto tende a ser nulo, quando o referente é de 3ª pessoa e tem

traço [- animado]. Já referentes com traço [+ animado] tendem a originar objetos preenchidos. Para o século do nascimento do informante, esperava-se que, quanto mais próximo do século XX, houvesse maior tendência no PB ao apagamento do objeto, porém, registrou-se o aumento do objeto anafórico elíptico, à medida que se aproximava do século XX (0,33 para o século XIX e 0,77 para o século XX). A pesquisadora atestou a hipótese de envolver a mudança diacrônica de longa duração.

Por fim, a expectativa para o fator “pessoa do discurso” era de haver diferença de percentual de ONs entre as pessoas. O maior percentual de ON seria encontrado na 3ª pessoa, por conta do desaparecimento dos clíticos no PB Costa, (2011). A hipótese foi atestada, pois a 3ª pessoa mostrou-se a mais favorecedora do ON (0,56 de peso relativo, contra 0,17 para a 2ª pessoa). No PB, não é comum a omissão de objetos de 1ª e de 2ª pessoas.

3.2 ESTUDOS DE DADOS DE ESCRITA SINCRÔNICA

Diferente da análise diacrônica, há também estudos sincrônicos da língua. Oliveira (2007) realizou uma pesquisa a partir de 88 textos espontâneos de crianças que cursavam, entre os anos de 2002 e 2006, as séries iniciais do Ensino Fundamental (de 1ª a 4ª série), em escolas públicas de Curitiba. A autora analisou o uso de variantes do objeto direto anafórico, a fim de verificar se havia evidências de uma mudança paramétrica para essas posições de objeto direto. A variável dependente realizou-se de quatro formas de uso: a) objeto direto nulo; b) pronome tônico ele/ela; c) SN anafórico pleno; e d) clítico acusativo de 3ª pessoa.

Segundo Oliveira (2007), os grupos de fatores que condicionaram a variação foram: a) linguísticos de natureza semântica, como animacidade do antecedente, especificidade e referencialidade do referente; b) linguísticos de natureza morfológica, como o uso de tempos verbais simples ou compostos: [Aux. + inf.], [Aux. + part.] ou [Aux. + ger.]; c) linguísticos de natureza sintática, como a posição do clítico (próclise ou ênclise); e d) fatores sociais, como a escolaridade: 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª série.

Dos 174 dados coletados pela autora, 91 (52%) foram de ON, 39 (23%) de pronome tônico, 14 (8%) de SN anafórico e 30 (17%) de clítico acusativo. O ON foi o mais usado pelas crianças, com a seguinte distribuição: 54% nos textos de 1ª e 2ª séries; e 46% de 3ª e 4ª séries. 69% dos ONs eram de referente [- animado], e 52% ON com verbos em tempo simples.

O pronome tônico foi a segunda variante usada pelas crianças. Dos 39 dados de pronome tônico, 18 estavam nas séries iniciais, e 21 nas 3ª e 4ª séries. 32% dos objetos [+ animado] e 24% dos objetos [+ específico/referencial] eram de pronome tônico. As crianças associavam os pronomes “ele/ela” exclusivamente a seres animados e/ou concretos. Em 28% dos casos de tempo simples, o pronome tônico se revelou o mais importante, com 14 ocorrências de SN anafórico, dos quais 79% das séries iniciais, e 21% das 3ª e 4ª séries. Quando o antecedente era [- animado], o uso de SN anafórico foi favorecido, com 15%, contra 4% de [+ animado]. Além disso, o tempo simples mostrou-se relevante para a ocorrência do SN anafórico.

O clítico anafórico ocorreu 30 vezes (11 nas séries iniciais e 19 nas finais). O percentual baixo (8%) dessa variante para as crianças da 1ª série e o aumento para 34% nas crianças da 4ª série mostram que os clíticos acusativos são adquiridos com o ensino formal, e não fazem parte da gramática nuclear da criança. Esses alunos parecem associar também o objeto clítico anafórico a seres concretos e/ou animados, pois o traço [+ animado] e o traço [+ específico/referencial] apareceram com 21% e 18%, respectivamente. A forma composta [Aux. + Inf.] influenciou em 94% o uso da ênclise. Já a forma mais simples do verbo ocasionou 86% para a ocorrência de clíticos antepostos ao verbo.

Também Pereira (2011) pesquisou as formas anafóricas do acusativo em textos de alunos, desta vez da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, em quatro escolas públicas de Florianópolis. A variável dependente realizou-se na forma de cinco variantes: ON, pronome oblíquo, “o mesmo”, pronome demonstrativo e pronome reto. A autora enfatizou as realizações em 3ª pessoa, embora também tenha outras pessoas do discurso. As variáveis independentes controladas foram: a) pessoa do discurso; b) ordem do anafórico; c) modo verbal; d) animacidade do objeto; e) sexo; f) faixa etária; e g) escolaridade. Pereira (2011) realizou três diferentes etapas, quando fez a análise dos resultados: a) na primeira, considerou três variáveis dependentes: pronome reto, pronome oblíquo e ON (o pronome demonstrativo e o “o mesmo” foram retirados, devido à pouca frequência); b) na segunda rodada, a autora considerou apenas os dados de pronomes retos e oblíquos; c) para a terceira, considerou os objetos preenchidos e os ONs.

Na primeira rodada ternária, olhando apenas para a 3ª pessoa, os percentuais foram de 76% para o ON, 30% para o reto e 7% para o oblíquo. As variáveis: “sexo”, “pessoa do discurso” e “animacidade” foram relevantes para a rodada. O pronome

oblíquo foi mais recorrente na escrita de mulheres (29%, contra 16% na dos homens), enquanto o pronome reto apresentou porcentagens semelhantes nos dois sexos (29% para o feminino, e 30% para o masculino).

O uso do ON teve a maior frequência entre as variantes, sendo mais utilizado por homens (55%) do que pelas mulheres (41%). Sobre a “pessoa do discurso”, o pronome de 3ª pessoa apareceu como clítico em apenas 7% das ocorrências, seguido pelo pronome reto, com 30%, e pelo ON, com 63%. Em relação à “animacidade”, o ON alcançou 99% dos casos com o referente [- animado].

Na segunda etapa estatística, em que a autora não computou o ON e considerou apenas os pronomes reto e o oblíquo, o reto foi mais frequente na posição de objeto (55%), em relação ao oblíquo (45%). O *software* VARBRUL, que realiza análise de regras variáveis (*variable rules analysis*) selecionou como fatores condicionadores para o uso do pronome reto na posição de acusativo as variáveis “pessoa do discurso”, “sexo” e “escolaridade”, respectivamente. Os resultados apontaram a 3ª pessoa como a mais favorecedora do uso de pronome reto na posição do acusativo, com 0,81 de peso relativo. A 1ª pessoa teve 0,21 de peso relativo, e a 2ª pessoa, 0,15. O pronome oblíquo foi mais recorrente na escrita das mulheres (49%) do que na dos homens (36%). O reto teve peso relativo de 0,72 entre os homens, contra 0,38 entre as mulheres. Na 6ª série do Ensino Fundamental, o peso relativo no uso do pronome reto foi de 0,71, contra 0,56 na 5ª série, 0,41 na 7ª e 0,28 na 8ª série, representando uma quebra da ordem crescente na 6ª série.

Diante dos resultados, Pereira (2011) fez o cruzamento entre as variáveis “escolaridade” e “faixa etária”, para confirmar a possibilidade de os alunos com maior idade enviesarem os resultados. E isso se comprovou: alguns alunos da 6ª série possuíam entre 14 e 15 anos, acima da faixa etária regular. O número expressivo de estudantes acima da idade convencional condicionou o resultado. Mesmo assim, a tendência geral é falantes mais escolarizados utilizarem mais a variante padrão do que os menos escolarizados.

Na terceira e última rodada, a autora considerou o ON (com 46% de frequência) e o objeto preenchido (54%). Apenas a variável “animacidade” foi relevante para o *software* VARBRUL. A probabilidade do ON [+ animado] foi de 0,04, contra 0,98 do objeto [- animado]. Logo, Pereira (2011) afirma que os resultados estão quase em distribuição complementar, tamanha a diferença entre as variantes.

3.3 ESTUDOS SOBRE DADOS DE FALA

Omena (1978) estudou o objeto direto anafórico e analisou a fala de quatro adultos (dois homens e duas mulheres), indivíduos da classe social baixa do Rio de Janeiro, em fase de alfabetização (alunos do MOBRAL 13). Para isso, gravou sete entrevistas por informante, totalizando 28 horas de áudio. A autora elegeu como variável dependente o pronome pessoal de terceira pessoa acusativa, podendo se realizar em três formas: elíptica, pronome sujeito — ele(s), ela(s) — ou pronome objeto — o(s), a(s).

As variáveis independentes consideradas foram de ordem linguística: a) pronome com ou sem dupla função; b) posição do pronome objeto; c) classe de palavra do antecedente; d) traço semântico do antecedente; e) distância entre o antecedente e o conseqüente; f) função sintática do antecedente; g) profundidade entre o antecedente e o conseqüente; e h) presença de um ou mais candidatos ao papel de antecedente. Assim, computou 1415 dados, distribuídos da seguinte maneira: 0% de pronome objeto, 24% de pronome sujeito e 76% de ON. Os fatores linguísticos mais relevantes para o estudo, segundo a autora, foram: o “traço semântico do antecedente”, a “função sintática do antecedente” e o “pronome com ou sem dupla função”.

Em relação ao “traço semântico do antecedente”, Omena (1978) constatou que os antecedentes [- animado] são os que mais favorecem o apagamento do objeto. Entre os informantes da amostra, o antecedente [- animado] teve pesos relativos entre 0,73 e 0,83 para o ON. Sobre a função sintática do antecedente, classificou os dados em complemento (função sintática igual à de objeto direto), sujeito (funções sintáticas diferentes à de objeto direto) ou outras funções. Os resultados apontaram para a função sintática igual à de objeto direto como a favorecedora do ON. Os pesos relativos entre os informantes variaram entre 0,53 e 0,72.

Para a variável “pronome com ou sem dupla função”, a autora classificou os dados em pronomes com uma ou duas funções sintáticas. Os resultados apontaram os pronomes com uma função sintática como os favorecedores do ON, pois entre os informantes, os pesos relativos de ON foram entre 0,53 e 0,75. A autora concluiu que a regra do pronome clítico não é bem estabelecida na competência linguística do falante não escolarizado do Rio de Janeiro, pois não encontrou ocorrência desse pronome na fala da amostra.

Duarte (1986, 1989) analisou as forças que influenciam a variação do objeto anafórico na fala de paulistas e em linguagem coletada da televisão. Na amostra, considerou o nível de escolaridade e a faixa etária dos falantes. A variável dependente realizou-se em diferentes variantes, com os seguintes percentuais: clítico acusativo (4,9%); PL (15,4%); SNs anafóricos realizados em forma de: SNs lexicais plenos, SNs lexicais com determinante modificado ou demonstrativo “isso” (17,1%); e categoria vazia do objeto (62,6%).

Na investigação desse fenômeno, Duarte (1986, 1989) controlou fatores linguísticos de ordem morfológica, sintática e semântica que condicionam a variação. Em relação ao condicionamento morfológico, a autora analisou a “forma em que se encontra o verbo da oração que ocorre o objeto direto anafórico”. Os clíticos apresentaram-se antes do verbo, quando o tempo verbal tinha forma simples do indicativo (notadamente o presente e o passado dos verbos “ver” e “conhecer”), com 40,2%. Os outros 59,8% eram ênclises que seguiam verbos no infinitivo (revelando a preferência do “lo” sobre “o”). O ON superou as demais variantes, independentemente da forma verbal, perdendo apenas para SNs anafóricos nas construções com gerúndio.

Para o condicionamento sintático, a autora discorreu sobre a regência e a estrutura projetada pelo verbo. O ON apareceu com mais frequência em quase todas as estruturas, superando a realização fonológica. Somente em duas delas, o PL superou o ON: na bitransitiva, com um objeto direto simples, seguido de um objeto indireto oracional (os percentuais foram 39,1% para o PL, e 30,4% para o ON); e na transitiva, com um objeto direto simples, seguido de infinitivo ou gerúndio (71,9% de PL, e 19,3% de ON).

Em relação ao condicionamento semântico, Duarte (1986, 1989) analisou o “traço de animacidade do objeto”, e constatou ser uma variável extremamente importante para a motivação do uso das variantes. O clítico e o PL (com 78,4% e 92,4%, respectivamente) foram condicionados pelo traço [+ animado] do objeto. Já o SN anafórico e o ON (70,7% e 76,3%, respectivamente) ocorreram com objetos [-animado].

Além desses fatores linguísticos, a autora estudou condicionadores extralinguísticos, como faixa etária, escolaridade e estilo de fala. Sobre a idade e ao nível de estudos dos informantes, há ausência absoluta de clíticos na fala dos mais jovens (de 15 a 17 anos), enquanto para os outros grupos, o uso de clíticos cresce, a

medida em que eleva o grau de escolaridade, além de ser variável enquanto também aumenta a faixa etária.

Quanto ao uso do PL, os mais jovens apresentaram 23,5%, e o uso entre as faixas etárias mais velhas decresceu, chegando a 15,1% nos falantes com mais de 46 anos. O SN fez o percurso inverso: à medida que aumentou a faixa etária, cresceu também o uso da variante (10,7% para os mais jovens, e 18,0% para os mais velhos). O ON foi o mais frequente em todas as faixas etárias, com mais de 60%, o que aponta, segundo a autora, o estágio de implementação dessa variante no sistema linguístico.

Em relação ao condicionamento estilístico, a autora comparou o estilo das falas naturais (entrevistas sociolinguísticas), de novelas e de entrevistas televisivas. Os resultados apontaram uma semelhança entre a fala natural e a fala da novela: nos dois estilos, preferiu-se o uso de ON (63,6% e 66,5%, respectivamente) e pronomes lexicais (17,8% e 11,7%, respectivamente). Já os entrevistados na televisão foram os que mais utilizaram os clíticos (11,4%). Esse percentual baixo do uso de clíticos, até mesmo no estilo mais formal de fala, aponta o desaparecimento dessa variante. Os entrevistados ainda evitaram o PL (1,1%) e preferiram os SNs anafóricos (40,3%), competindo com a categoria vazia (47,2%).

Marafoni (2004) fez um estudo da variação do objeto anafórico acusativo de 3ª pessoa, controlando quatro variantes: o clítico acusativo, o PL, o SN anafórico e o ON. A análise baseou-se na mudança gradual do tipo painel, a partir de uma amostra de 16 indivíduos, gravados em dois momentos separados por cerca de 20 anos, na década de 1980 e no ano 2000. Essas entrevistas vieram do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL). A pretensão de analisar a fala de um mesmo informante procurava investigar: a) se eles mudaram o comportamento linguístico, independentemente da mudança no nível de escolaridade; e b) se as restrições ao uso do ON se mantinham ou o efeito tinha enfraquecido.

Os resultados mostraram estabilidade entre os anos 1980 e 2000, respectivamente, da seguinte forma: 66,1% ON e 68,4% de ON; 19,1% e 18,9% de SN anafórico; 14,4% e 11,6% de PL; e 0,4% e 1,1% de pronome clítico. O *software* VARBRUL selecionou as seguintes variáveis independentes: a) indivíduo; b) função sintática do antecedente; c) traço semântico do antecedente; d) estrutura projetada pelo verbo; e e) topicalização do antecedente — esse selecionado apenas na década de 1980.

Na variável indivíduo, dos 16 entrevistados, seis aumentaram o grau de

escolaridade. Nesses resultados, houve uma quebra de hierarquia das ocorrências das variantes: nas falas, preferiram utilizar ONs (73,7%) e pronomes lexicais (15%), em vez do SN anafórico (9,6%). O pronome clítico foi o menos utilizado, conforme esperado pela autora, com 1,7% de frequência. A pesquisadora conclui que o índice alto de pronomes lexicais seria em decorrência de os informantes que aumentaram o nível de escolaridade estarem situados nas faixas etárias mais jovens da amostra. Por sua vez, com os indivíduos que mantiveram os graus de instrução, os índices ocorreram na sequência esperada: ON (64,2%), SN (23,4%), PL (12,1%) e clítico (0,3%).

A respeito função sintática do antecedente, a função igual (a de objeto direto) favoreceu o uso de ON anafórico, em 0,58 de peso relativo para a década de 1980 (contra 0,36 para a função sintática diferente), e 0,53 para o ano 2000 (contra 0,43 para o antecedente diferente). Entretanto, Marafoni (2004) percebeu que a diferença de peso relativo entre os dois fatores é de 0,22 na primeira amostra, caindo para 0,10 no ano 2000. Isso revela a variante ON fortalecida também em ambientes onde os antecedentes têm outras funções sintáticas além de objeto direto. A autora expõe ainda que o SN segue os resultados de ON para a variável de função sintática do antecedente, preferindo antecedentes com a mesma função sintática. Já os pronomes clítico e lexical ocorrem mais com antecedentes diferentes.

Em relação ao grupo de fatores de traço semântico do antecedente, a autora dividiu em três tipos: antecedentes [+ animado], [- animado] ou oracionais. A oração foi a que mais favoreceu o ON na década de 1980, com 0,87 de peso relativo. O traço [+ animado] teve 0,41 de PR, e o [- animado] 0,53. Já no ano 2000, o traço [- animado] do antecedente condicionou o uso do nulo, com 0,56 de peso relativo, seguido da oração, com 0,45, e o traço [+ animado], com 0,33.

Na variável da estrutura projetada pelo verbo, as estruturas com verbos com apenas um complemento (objeto direto) foram as condicionadoras do ON, tanto na década de 1980, como no ano 2000 (com peso relativo 0,55 nas duas amostras). As estruturas com dois complementos simples (objeto direto e indireto, ou objeto direto e complemento circunstancial) receberam peso relativo de 0,43 e 0,48, nos anos 1980 e no ano 2000, respectivamente. As estruturas complexas foram as menos favorecedoras do ON, com pesos relativos de 0,38 e 0,23.

Em relação à topicalização do antecedente, o antecedente não topicalizado desfavoreceu a ocorrência de ON, com 0,49 de peso relativo, na década de 1980. Na

variável de indivíduo, dos 16 entrevistados, seis aumentaram o grau de escolaridade, em cujos resultados houve uma quebra de hierarquia das ocorrências das variantes: eles preferiram utilizar ONs (73,7%) e pronomes lexicais (15%), em vez do SN anafórico (9,6%). O pronome clítico foi o menos utilizado, conforme esperado pela autora, com 1,7% de frequência.

Marafoni (2004) acredita que o índice alto de pronomes lexicais deve-se ao fato dos informantes que aumentaram o nível de escolaridade estarem situados nas faixas etárias mais jovens da amostra. Sobre os indivíduos que mantiveram os graus de instrução, os índices ocorreram na sequência esperada: ON (64,2%), SN (23,4%), PL (12,1%) e clítico (0,3%).

Acerca da função sintática do antecedente, a função igual (a de objeto direto) favoreceu o uso de ON anafórico, em 0,58 de peso relativo para a década de 1980 (contra 0,36 para a função sintática diferente), e 0,53 para o ano 2000 (contra 0,43 para o antecedente diferente). Entretanto, Marafoni (2004) percebeu a diferença de peso relativo entre os dois fatores: de 0,22 na primeira amostra, caindo para 0,10 no ano 2000. Isso revela a variante ON sendo fortalecida também em ambientes onde os antecedentes têm outras funções sintáticas que não sejam a de objeto direto.

A autora expõe que o SN segue os resultados de ON para a variável de função sintática do antecedente, preferindo antecedentes com a mesma função sintática. Já os pronomes clítico e lexical ocorrem mais com antecedentes diferentes. Em relação à “topicalização do antecedente”, o antecedente não topicalizado desfavoreceu a ocorrência de ON, com 0,49 de peso relativo na década de 1980 e 0,48 no ano 2000. Já o antecedente topicalizado foi o que condicionou o uso de ON, quando apontou 0,70 e 0,63 de pesos relativos.

Dalto (2002) pesquisou o funcionamento dos pronomes-objeto de 1ª e 2ª pessoas nos dialetos das capitais dos três estados do Sul do Brasil. Para a base dos estudos, a pesquisadora utilizou amostras de fala de Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre que fazem parte do Banco de Dados do Projeto Variação Linguística Urbana da Região Sul do Brasil (VARSUL) — com total de 72 entrevistas (24 por cidade). Com base no quadro da Sociolinguística Variacionista, verificou-se a alternância das formas pronome-objeto-clítico pronominal (“me”, “te”), pronome sujeito (“eu”, “tu”) e ON (Ø) no desempenho das funções de objetos direto e indireto

As hipóteses desse trabalho eram que estruturas como formas lexicais, pronomes-objetos e ONs competiriam para desempenhar a função de objeto. Visando

verificar se os pronomes-objeto de 1ª e 2ª percorriam o mesmo caminho dos pronomes-objeto de 3ª pessoa, a autora constatou que algumas formas lexicais assumiram a função de alguns clíticos pronominais que desapareceram da língua oral.

Dalto (2002) afirma que os dados não confirmaram parte da hipótese, pois as formas lexicais de 1ª e 2ª pessoas do singular não estavam entre as formas concorrentes nas amostras de Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre. Logo, os pronomes de 1ª e 2ª pessoas do singular permanecem como formas bastante produtivas na língua oral, mas ameaça do ON: o mais expressivo concorrente. De modo geral, é possível verificar que, no trabalho de Dalto (2002), às formas lexicais de 1ª pessoa do plural nós/a gente mostraram ampla penetração e produtividade no quadro dos pronomes-objeto, pois foram as formas mais produtivas na língua oral do que o clítico pronominal “nos”.

Pinto (2015) analisou os fatores internos e externos que condicionam os usos variados do objeto anafórico acusativo de 3ª pessoa do discurso, partindo do modelo da Sociolinguística Variacionista Quantitativa (Weinreich; Labov; Herzog, 2006; Labov, 2008). O *corpus* para a análise do fenômeno foi formado por 16 entrevistas de informantes nativos de Florianópolis, oito da década de 1990 — oriundas do Banco Base do Núcleo VARSUL — e oito coletadas na década de 2010 — provenientes da Amostra Floripa, pertencente ao mesmo Núcleo de Pesquisa.

A variável dependente do objeto anafórico acusativo — realizada por duas diferentes variantes: objeto preenchido e ON — relacionou-se às variáveis independentes: a) forma de (não) realização do objeto; b) forma de realização do constituinte retomado; c) função sintática do constituinte retomado; d) traço de animacidade do constituinte retomado; e) forma verbal; f) transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo; g) especificidade do constituinte retomado; h) topicalização do constituinte retomado; i) sexo dos informantes; j) idade; k) escolaridade; l) década da amostra; e m) indivíduo. Com base em Omena (1978), Duarte (1986; 1989), Cyrino (1997), Marafoni (2004), Oliveira (2007), Pereira (2011) e Costa (2011), a pesquisadora atestou a maior frequência do ON do *corpus* na fala de informantes menos escolarizados e quando o referente é oracional.

Nos dados com referente de SN, o ON ocorre mais, em uma estrutura complexa, quando o referente tem função sintática diferente de objeto direto e possui o traço [- animado]. Uma das importantes propostas do trabalho diz respeito à comparação dos resultados das duas amostras empíricas, a fim de verificar se há

indicativos de dois perfis de mudança linguística em curso: a) mudança em tempo real (no confronto entre as duas amostras) e b) mudança em tempo aparente (no confronto entre as faixas etárias em cada uma das amostras). Pinto (2015) constatou que, de uma década para a outra, aumentaram ONs de SN e diminuíram ONs oracionais. Em cada uma das duas sincronias, constatou-se que os indivíduos jovens utilizam mais da elipse do objeto (oracionais e de SN) do que os mais velhos. Isso atesta a implementação da variante de objeto anafórico nulo na fala dos informantes de Florianópolis do *corpus* investigado.

Silva (2021) pesquisou sobre a realização do pronome pessoal do caso reto como acusativo (objeto direto) em duas situações: a) no português escrito e/ou falado de alunos do Ensino Fundamental (9º ano) e do Ensino Médio (do 1º ao 3º ano), na cidade de Ibiporã (PR); b) na fala de informantes que já haviam concluído o Ensino Médio, a maioria de Ibiporã e alguns de Jataizinho. Segundo o autor, os resultados demonstram que, quanto maior o nível de escolarização dos informantes, maior a ocorrência do pronome oblíquo na função sintática de objeto direto (acusativo).

O pesquisador constatou que, nos dados coletados na escrita, dos 340 textos, 211 realizaram o total de 489 pronomes (retos e oblíquos), com a função sintática de objeto direto (acusativo). Especificamente, foram 218 pronomes retos e 271 oblíquos, sendo 16 textos de informantes masculinos do Ensino Fundamental; 21 de informantes femininos do Ensino Fundamental; 92 textos de informantes masculinos do Ensino Médio e 82 textos de informantes femininos do Ensino Médio.

Sobre os dados coletados na fala, dos 82 informantes entrevistados, 64 realizaram o total de 193 pronomes (retos e oblíquos) e, especificamente, 128 pronomes retos e 65 oblíquos, sendo seis informantes masculinos do Ensino Fundamental, sete informantes femininos do Ensino Fundamental, 17 masculinos do Ensino Médio, 15 femininos do Ensino Médio, 11 homens do Pós-Médio e 11 mulheres do Pós-Médio. O pesquisador averiguou o mesmo fenômeno na oralidade de alguns informantes que já haviam terminado o Ensino Médio.

O objetivo geral do pesquisador foi investigar o(s) fator(es) que favorece(m) a realização do pronome pessoal do caso oblíquo na função de objeto direto na escrita e na fala. Os resultados obtidos ratificam as afirmações de diversos autores, demonstrando que, quanto maior o nível de escolarização do informante, maior a incidência do clítico acusativo na função de objeto direto na sentença. Quanto à variável do sexo, verificou-se certa instabilidade na realização do PL e do clítico

acusativo como complemento verbal (direto).

Neste capítulo, apresentamos resultados de estudos que investigaram a realização do objeto direto anafórico, tanto na modalidade oral, como na escrita da língua portuguesa. Os resultados dessas pesquisas apontam que o clítico acusativo não representa mais a única estratégia de realização do objeto direto anafórico, o que pode ser confirmado pelo reduzido percentual de ocorrências, nas pesquisas apresentadas.

No tocante ao uso do pronome lexical na função de objeto direto, os resultados das pesquisas apresentadas mostram que ocorrência dessas formas ainda é afetada pelos fatores “escolaridade” e “faixa etária”, apesar de já fazer parte da gramática do falante.

Já o sintagma nominal apresenta-se como uma estratégia que vem avançando ao longo do tempo, e que, por não ser estigmatizada como o pronome lexical, tem um índice de realização superior a esse. Os resultados apresentados pelas pesquisas descritas mostraram que a categoria vazia (objeto nulo) é de fato a estratégia mais recorrente na fala do brasileiro, ocorrendo na fala de informantes dos mais variados graus de escolaridade.

No próximo capítulo, apresentamos os dados geográficos, históricos e sociais da Região Centro-Oeste na totalidade, pontuando de forma geral aspectos da colonização, até a atualidade. Na sequência, então, abordamos as capitais estudadas.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

No início do século XVI, o Brasil recebeu os europeus oriundos de Portugal. Até então, somente indígenas, provenientes de dois troncos linguísticos, Tupi e Macro-Jê, habitavam o país, mesmo em locais de colonização tardia ou menos intensa, como nos casos das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O objetivo deste capítulo é expor características em especial do Centro-Oeste brasileiro, a fim de embasar a presente pesquisa, em seguida discutiremos fatores relativos à história da comunidade estudada referente às capitais.

4.1 REGIÃO CENTRO-OESTE

Na época da colonização do país, houve uma “guerra diplomática” entre Portugal e Espanha, a fim de aumentar ao máximo os seus territórios na América. Segundo Ferreira (1996), no período entre as assinaturas do Tratado de Tordesilhas e do Tratado de Badajoz, muitos conflitos ocasionaram a expansão portuguesa no Centro-Oeste Brasileiro. Ferreira (1996) apresenta alguns fatos que incentivaram as disputas entre os dois países: ficou estabelecido que, ao norte, a Espanha reconheceria a expedição de Pedro Teixeira e a presença de missões portuguesas e fortes como atestados válidos de conquista da região, incorporando boa parte da Amazônia; a oeste, o governo espanhol aceitou a expansão bandeirante até Mato Grosso; e, ao sul, Portugal deveria entregar a Colônia do Sacramento, recebendo em troca a região dos Sete Povos do Uruguai, reforçando, com isso, a colonização do Rio Grande.

Enquanto para a Espanha o objetivo prioritário era a eliminação da presença lusitana no Prata, Portugal elegia, como alvos estratégicos, a rede amazônica, o Centro-Oeste e a margem oriental do Uruguai, assegurando a posse da região compreendida entre o Paraguai, Jaurú e Guaporé-Madeira, o que garantia a ligação fluvial entre os estados do Maranhão e do Brasil (Ferreira, 1996). Em meados do século XVII, a região Centro-Oeste recebeu expedições bandeirantes que despontavam da Vila de São Paulo, próxima do litoral, que tinham a função de aprisionar indígenas e buscar metais preciosos.

Porém, a descoberta de ouro nas regiões ocorreu somente no século XVIII. A

repercussão do fato atraiu um enorme contingente populacional, o que originou vários povoados, transformados em cidades com o decorrer dos anos. Segundo Siqueira, Costa e Carvalho (1990), o primeiro bandeirante a chegar ao Oeste brasileiro foi Manoel de Campos Bicudo, entre 1673 e 1682. Com o filho Antônio Pires de Campos, ainda criança, atingiram a região da atual cidade de Cuiabá. Sobre esse fato, Ferreira (1996, p. 9) declara que, além de contribuir para a ocupação do interior da região,

o Ciclo do Ouro, o período da descoberta do ouro e dos diamantes no Centro-Oeste da Colônia que, no século XVIII, provocou uma convergência dos caminhos para Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, conseguindo ligar todas as regiões da Colônia e contribuindo para a ocupação do interior, como facto político.

Para diminuir o isolamento da região, o então presidente Getúlio Vargas criou, na década de 1940, quando foi concebida a primeira divisão territorial, o projeto “Marcha para o Oeste”, com o intuito de intensificar o povoamento do interior dessas regiões. O governo federal fundou vários núcleos populacionais de projetos de colonização no Centro-Oeste, o que originou as primeiras áreas colonizadas (Cáceres, Mato Grosso e Dourados, em Mato Grosso do Sul).

Porém, as colonizações não foram muito expressivas, e o governo propôs novos projetos, em 1960 e 1970, quando ofereceu incentivos, como terras a baixo custo e empréstimos financeiros. Mas o que mais impulsionou as colonizações foi a transferência da capital do país, até então no Rio de Janeiro, para Brasília. Essa estratégia integrou o Centro-Oeste ao espaço geográfico nacional, e gerou, conseqüentemente, a abertura de novas estradas de ferro, rodovias e hidrovias que davam acesso à região, abrindo nova frente de migração.

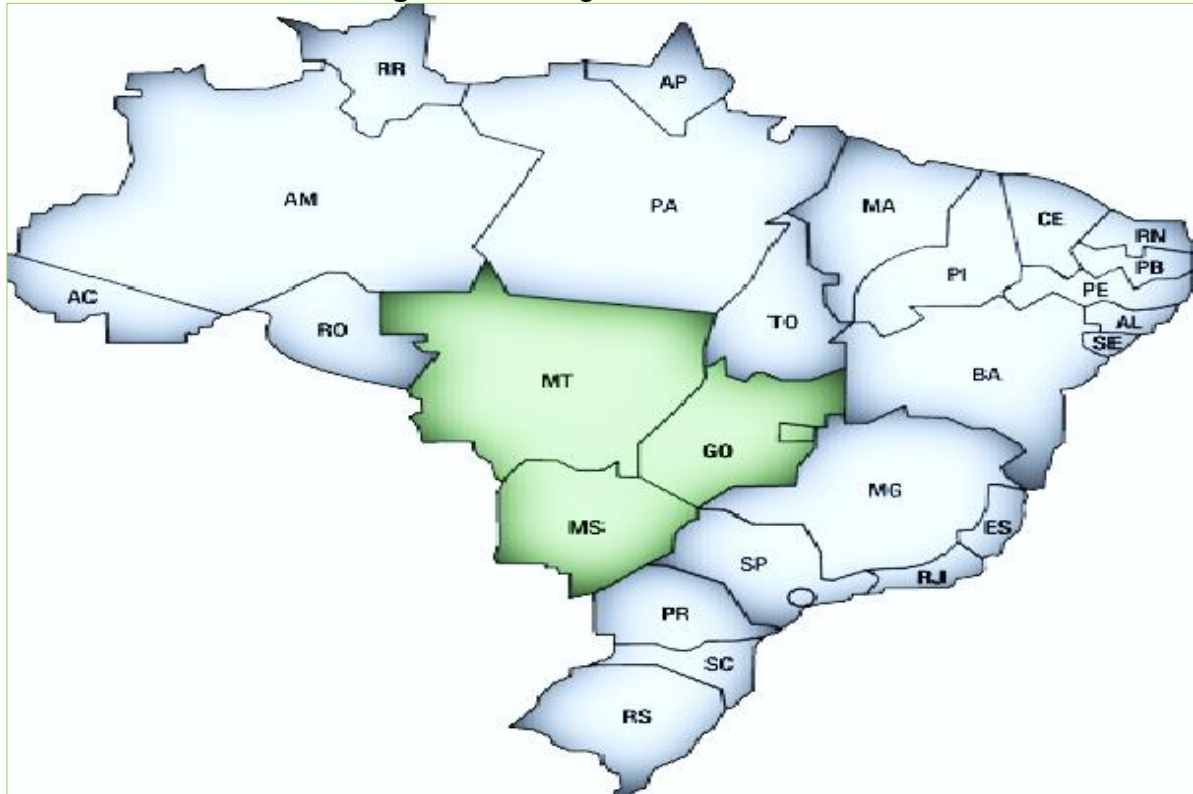
Sobre isso, Passos (2010, p. 63) apresenta os benefícios dos projetos do governo:

Essa área, por sua extensão e sua situação, às vezes central e fronteira, constitui um jogo geopolítico. A fundação de Brasília, em 1960, e a criação de grandes eixos rodoviários ligando Belém a Brasília (Norte-Sul), Cuiabá a Porto Velho e a Santarém (Sul-Norte-Oeste e Sul-Norte), no quadro do programa de Integração Nacional, deveriam impulsionar a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico espontâneo.

Outro fator que ampliou o nível de miscigenação na região Centro-Oeste ocorreu após a Guerra da Tríplice Aliança, conhecida também como Guerra do Paraguai (1864 – 1870), quando Tomás Laranjeira fundou a “companhia Erva-Mate

Laranjeira, que monopolizou o cultivo e a extração da erva-mate, de 1882 a 1937 em território sul-mato-grossense” (Costa, 2012, p. 50 – 51). Com isso, além da mão de obra indígena, também passou a ser usado o trabalho paraguaio, e essa demanda originou novas povoações. Esses fatos resultaram em várias divisões na Região Centro-Oeste, até chegar à atual configuração (Figura 1).

Figura 1 — Região Centro-Oeste



Fonte: Secretaria da Educação do Estado de Goiás (2021)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Centro-Oeste abrange uma área de 1.612.000 km², onde vivem 16.504.303 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). A distribuição populacional ocorre irregularmente, com áreas onde a população relativa não ultrapassa 1 hab./km², como no Norte e Noroeste do Mato Grosso, no Norte de Goiás e na região do Pantanal. Entretanto, existem áreas com densidade demográfica superando os 100 hab./km², como o Sul de Goiás, o Mato Grosso e o Oeste de Mato Grosso do Sul.

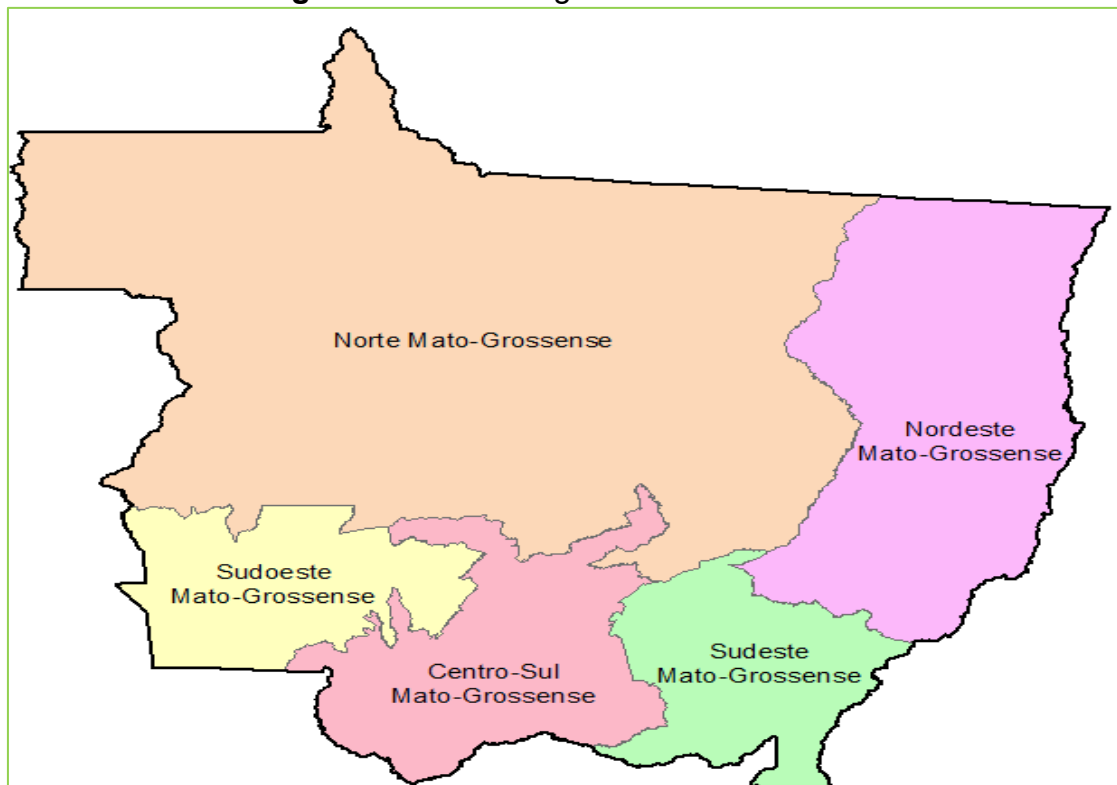
Na Região Centro-Oeste, assim como no restante do Brasil, os aspectos econômicos estimularam a maioria das migrações internas. A intensa procura por metais preciosos, durante os séculos XVII e XVIII, provocou grandes correntes

migratórias, com destino a Goiás, Mato Grosso e, principalmente, Minas Gerais. Posteriormente, propostas pelo governo brasileiro, as políticas públicas de desenvolvimento econômico e ocupação ocasionaram a intensificação do deslocamento populacional para o Centro-Oeste. Para isso, as principais medidas foram: a construção de Goiânia e de Brasília, a separação entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a expansão da fronteira agrícola e os investimentos em infraestrutura.

Conforme dados de 2008, apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), as consequências são visíveis no percentual expressivo de 30% da população do Centro-Oeste vinda de outras regiões do Brasil. Esse panorama sócio-histórico evidencia os importantes vestígios econômicos e culturais da região, devido ao movimento de ocupação e povoamento do Centro-Oeste. A seguir, explanamos acerca da descrição dos aspectos históricos, geográficos e sociais, contudo, de maneira direcionada para os estados e as capitais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

4.1.1 O ESTADO DE MATO GROSSO

Figura 2 — Mesorregiões de Mato Grosso



Fonte: Secretaria da Educação do Estado de Goiás (2021)

O atual território de Mato Grosso (Figura 2) já foi espanhol, (até 1802), devido ao Tratado de Tordesilhas. Porém, assim que os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, houve o interesse pelos possíveis minérios da região. Além disso, as investidas de forças estrangeiras e as indefinições sobre os limites terrestres resultaram em um novo acordo entre Espanha e Portugal. Portanto, assinaram o Tratado de Madri (1750), garantindo o território mato-grossense como colônia portuguesa no Brasil, quando se fundou a capitania de Mato Grosso.

A mineração atraiu a população local e foi o fator inicial para a ocupação do estado, e cujo declínio resultou no isolamento político e econômico. Em 1889, a exploração de borracha e madeira trouxe uma nova onda de imigrantes. No ano de 1970, por exemplo, os sulistas migraram interessados na agropecuária. Em 1979, o território do Mato Grosso foi dividido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que se destacaram na agropecuária.

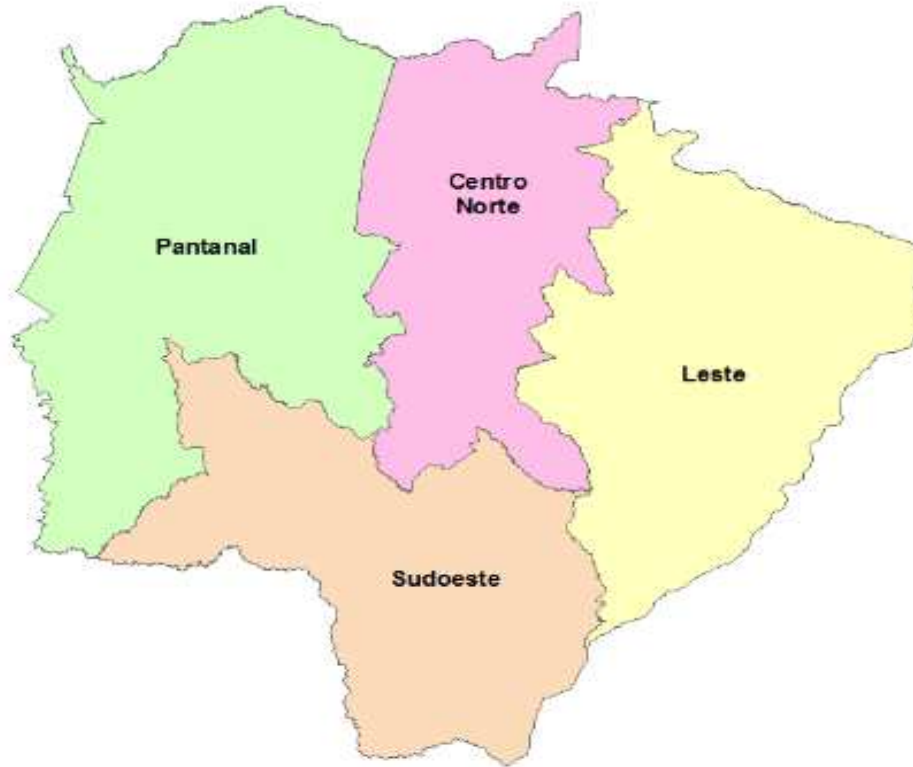
Para Siqueira, Costa e Carvalho (1990), houve dois fatos importantes que intensificaram o desenvolvimento do estado de Mato Grosso. O primeiro diz respeito às repercussões comerciais do pós-guerra, quando navegações no rio Paraguai interligam lugares mais longínquos a regiões mato-grossenses, ocasionando a entrada de uma infinidade de mercadorias estrangeiras e nacionais, além de produtos regionais que poderiam ser exportados. Isso beneficiou diversas cidades do estado.

Siqueira, Costa e Carvalho (1990) mencionam também a criação da ferrovia “Madeira-Mamoré”, com a ajuda de várias nacionalidades. Somente para a primeira fase da construção, no século XIX, desembarcaram em Santo Antônio do Rio Madeira (até então, Mato Grosso) quase mil trabalhadores, grande parte estrangeiros europeus (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1990, p. 243 – 244).

Corrêa (1991) também comenta a presença de bolivianos e paraguaios, de modo geral trabalhadores pobres. O site oficial do estado apresenta informações referentes à mestiçagem de Mato Grosso: “É um estado de povos diversos, uma mistura de índios, negros, espanhóis e portugueses que se miscigenaram nos primeiros anos do período colonial” (MATO GROSSO, 2021).

4.1.2 O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Figura 3 — Mesorregiões de Mato Grosso do Sul



Fonte: Secretaria da Educação do Estado de Goiás (2021)

A figura 3 representa a geografia do estado do Mato Grosso do Sul, que, segundo o site oficial, situa-se na região Centro-Oeste do Brasil, com a cidade de Campo Grande como capital. A superfície é de 358.159 km², com fronteiras a oeste com a Bolívia e Paraguai, e divisa ao norte com o Mato Grosso, ao sul com o Paraguai e o estado do Paraná, a leste com São Paulo, Minas Gerais e Goiás (MATO GROSSO DO SUL, 2018). Possui 79 municípios.

A divisão do estado do Mato Grosso ocorreu principalmente por motivos políticos, econômicos e geográficos. A vasta extensão territorial do estado original dificultava a administração eficaz e o desenvolvimento de regiões distantes da capital, Cuiabá. Além disso, havia uma diferença significativa entre as características e interesses da parte norte (hoje Mato Grosso) e da parte sul (hoje Mato Grosso do Sul) do estado.

A região sul, por exemplo, tinha uma economia mais voltada para a agropecuária, enquanto o norte era mais centrado na exploração mineral e na

agricultura de larga escala. Isso levou a conflitos de interesses e demandas divergentes entre as duas regiões. Além disso, a distância entre as áreas metropolitanas no Sul e as regiões mais remotas no norte dificultava a prestação de serviços públicos e o desenvolvimento equitativo.

Dessa forma, após um longo período de discussões e pressões políticas, a divisão foi oficializada em 1977, criando o estado do Mato Grosso do Sul e separando-o do restante do Mato Grosso. Essa separação visava facilitar a administração, promover o desenvolvimento regional e atender melhor às necessidades específicas das diferentes partes do antigo estado.

Conforme estimativa do IBGE (2022), apresenta 2.833.742 habitantes, dos quais 1.814.461 são naturais do estado, ou seja, 74,08% da população total. O restante divide-se entre paulistas (8,77%), paranaenses (5%), mineiros (1,60%), gaúchos (1,54%) e as pessoas naturais do Distrito Federal, nascidas em outros estados ou países, além dos moradores que não especificaram o local de nascimento (9%). No site oficial do estado, encontram-se informações de que o primeiro português a chegar a Mato Grosso do Sul teria sido Aleixo Garcia, por volta de 1524. Consoante esses dados, os irmãos Leme fixaram-se na fazenda Camapuã, fundando o primeiro núcleo de Mato Grosso do Sul. Assim, outros povoados começaram a surgir.

Mesmo com terras pouco conhecidas, Ferreira (1996) declara que o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) já era conhecido desde o início do século XVII por bandeirantes que participaram do “ciclo da caça ao índio”. De acordo com Corrêa (1991), após disputas pelas terras com espanhóis, os bandeirantes paulistas navegaram pelo rio Paraguai e, nos fins do século XVIII, foram executados, quando o governo era representado por Luiz de Albuquerque.

O plano de ocupação efetiva para controlar a Bacia do Baixo-Paraguai, com as fundações na margem direita do rio forte de Coimbra e da Povoação de Albuquerque (Corumbá) e, ainda, a de Miranda, ao Sul da Capitania, e de Vila Maria (Cáceres), na Bacia do Alto-Paraguai (Corrêa, 1991, p. 121 – 122).

Corrêa (1991) afirma que, no início do século XX, foram construídas, além da ferrovia, estradas para a ligação de cidades, como Coxim, Aquidauana, Campo Grande e Ponta Porã. Essas iniciativas levaram a inúmeras migrações, mudando as relações de trabalho no estado. Além disso, as implantações de fazendas criatórias, junto ao crescimento da extração de erva-mate e a formação de latifúndios geraram

diversos conflitos pela posse da terra, devido ao enorme fluxo de imigrantes de outros estados, além de paraguaios que fugiam da falta de trabalho (Corrêa, 1991). Outro fato significativo diz respeito às movimentações no porto de Corumbá, em 1900, o que, segundo escritores e viajantes da época, resultou em cerca de 10 mil a 12 mil moradores, dos quais boa parte era de estrangeiros (Corrêa, 1991).

No fim do século XIX, por conta da falta de mão de obra e como solução para o trabalho escravo, criaram-se políticas públicas para dar amparo oficial, estimular o processo migratório e se atentar aos colonos estrangeiros. Uma dessas políticas ofertava muitas terras e a falsa abundância de reservas naturais, interessando muitas famílias gaúchas. Corrêa (1991, p. 203 – 204) salienta que

[...] A propagação das virtudes e vantagens da ocupação dessa fronteira exerceu, portanto, forte atração sobre os gaúchos, que se deslocaram através de um singular caminho traçado por suas caravanas rumo a Mato Grosso.

O mesmo autor, quando cita Wilcox (1992), realça o trabalho de paraguaios na lavoura, com quantidade de cerca de 2.700 trabalhadores. Além dos conflitos por terras, a região também “constituiu-se num espaço de trocas culturais, onde a influência platina, e em especial a paraguaia, deixou marcas profundas nas comunidades do Sul mato-grossense” (Corrêa, 1991, p. 229 – 230). Siqueira, Costa e Carvalho (1990) declaram que, com a extensão da estrada de ferro no noroeste do Brasil, até então sul de Mato Grosso, surgiram migrações oriundas de outras regiões, originando vilas e, depois, cidades.

4.1.3 O ESTADO DE GOIÁS

Figura 4 — Goiás



Fonte: Secretaria da Educação do Estado de Goiás (2021)

Conforme dados do IBGE (2022), o estado de Goiás (figura 4) conta atualmente com 6.950.976 habitantes, dos quais 72,43% são naturais do estado federativo, ou seja, aproximadamente 27,57% possuem outra naturalidade, grupo composto por mineiros (5,04%), oriundos do Distrito Federal (3,90%), baianos (3,63%) e maranhenses (2,60%). O conjunto de 12,4% são originários de outros estados e estrangeiros que não especificaram o local de origem.

Durante os séculos XVI e XVII, o território goiano começou a receber expedições paulistas, por ocasião das Bandeiras e das expedições do Pará. Entretanto, não criaram vilas permanentes, e o território só teve a ocupação concretizada com a descoberta de ouro nas regiões próximas, como nas cidades de Ouro Preto (1698) e Cuiabá (1718).

Conforme o site oficial do estado (GOIÁS, 2021), as regiões mais importantes ocupadas no período aurífero foram: a) Centro-Sul; b) o Alto Tocantins e Norte da capitania; c) grandes áreas como o Sul, o Sudoeste, o Vale do Araguaia e as terras ao norte de Porto Nacional. Goiás, durante o ciclo do ouro, teve um grande

crescimento populacional, com índios, escravos e imigrantes das Regiões Sul e Sudeste. Porém, a decadência das mineradoras causou diversos problemas que resultaram em um enfraquecimento econômico de toda a região. Conforme Sandes (2002, p. 19), “[...] mesmo a elite política corroborava o estado de decadência em que Goiás se encontrava”.

Grande parte da pobreza da elite política acontece com as mudanças das atividades econômicas, pois o estado passou da mineração à pecuária extensiva, juntamente com o surgimento dos trabalhos assalariados e semi assalariados. Durante o período colonial e imperial, conforme o site do estado, também ocorreram inúmeras divisões que ocasionaram três perdas significativas.

Com a revolução de 1930, em Goiás, iniciou-se a construção de Goiânia e cuja transferência definitiva foi feita em 23 de março de 1937, por meio do Decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937 (Goiás, 1937). O estado começou a progredir rapidamente, contando com o auxílio de políticas públicas, como a campanha nacional de “Marcha para o Oeste”. Além disso, a construção de Brasília também impulsionou esse crescimento, aumentando a população do estado e estimulando a imigração de estados como Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Segundo os dados do site oficial, em 5 de julho de 1942, Goiânia já possuía mais de 15 mil habitantes. Referente à “Marcha para Oeste”, Barreira (2002, p. 161) assevera que

[...] atingiram primeiro o sudeste de Goiás, com a implantação da ferrovia. Estenderam-se depois para o sudeste (uma região de pastagens naturais transformadas em área de produção pecuária extensiva), resultando na expulsão dos indígenas. Esse processo ampliou-se para o centro (Mato Grosso Goiano) com a construção de Goiânia, a chegada dos trilhos a Anápolis e a implementação das políticas da “Marcha para o Oeste”.

Nos últimos 30 anos, Goiânia sofreu diversas transformações políticas, econômicas e sociais e, conforme Sandes (2002, p. 25):

A visita de Vargas a Goiânia foi um marco da chamada Marcha para o Oeste. A cidade foi batizada na presença de intelectuais e artistas que participaram dos eventos e festejos que marcaram a data. A nova capital representou uma frente de atração para os projetos de ocupação do Centro-Oeste: das colônias agrícolas à construção de Brasília, formou-se um novo espaço que reuniu as condições para romper com a obscuridade que marcou o espaço regional desde o século passado (Sandes, 2002, p. 25).

4.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAPITAIS

Em se tratando de trabalho de descrição e análise, é preciso considerar os fatos de uma língua e fatores relativos à história da comunidade estudada.

4.2.1 CAMPO GRANDE

A cidade de Campo Grande é a capital do Mato Grosso do Sul e foi fundada em 1899, a sudoeste do estado. De acordo com dados do IBGE (2022), a capital tem uma população de 942.140 habitantes, com o nome referido às grandes áreas de plantação e lavoura, sendo a agropecuária a atividade econômica que sempre se destacou no Estado.

O sul do Mato Grosso (atualmente, Mato Grosso do Sul) foi inicialmente explorado por bandeirantes paulistas em atos expedicionários que trouxeram avanços na infraestrutura, de maneira terrestre e fluvial. A partir disso, instalou-se um plano de ocupação no estado. No início do século XX, com a criação do estado do Mato Grosso do Sul, a cidade de Campo Grande começou a receber investimentos, após ser declarada capital. A propaganda e a oferta de terras e reservas naturais aumentaram o fluxo migratório para a região e impulsionaram a atividade agropecuária. Desde então e dessa forma, a cidade desenvolveu sua economia.

4.2.2 Cuiabá

Fundada em 1719, Cuiabá é uma das cidades mais antigas do Brasil. Com uma população de 694.244 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), desempenha um papel importante na economia regional, como um centro administrativo, comercial e de serviços, com um importante setor agropecuário. O estado do Mato Grosso atraiu colonos portugueses em seus primórdios, quando pertencia à Espanha. Acredita-se que o primeiro assentamento europeu em Cuiabá ocorreu devido ao interesse nas reservas auríferas. Porém, o esgotamento do minério paralisou o crescimento econômico da região.

Entretanto, no século XIX, a cidade passou a ocupar um papel importante na exploração e no povoamento do Oeste brasileiro. Também, a interligação do estado a outras regiões e a construção de ferrovias contribuíram para o desenvolvimento da cidade. O estado do Mato Grosso e, por consequência, sua capital, tiveram a

participação de trabalhadores estrangeiros do Paraguai e da Bolívia que contribuíram para a miscigenação e a composição da região.

4.2.3 GOIÂNIA

Fundada em 1933, a cidade de Goiânia é a capital do estado de Goiás, com 1.414.483 habitantes, segundo o IBGE (2022), sendo a mais populosa da Região Centro-Oeste. A capital foi planejada e construída para substituir a antiga capital, Goiás Velho. Tem a economia diversificada, abrangendo setores, como comércio, serviços, indústria e agropecuária, com forte desenvolvimento econômico e tecnológico.

Diferentemente de Campo Grande e Cuiabá, a cidade de Goiânia foi projetada, visando ser a nova capital, pois Goiás Velho não possuía logística e infraestrutura suficientes para se desenvolver. Logo, o planejamento previa uma cidade arborizada, moderna e com estrutura para abrigar a sede do governo estadual, cuja construção reuniu um grande contingente de trabalhadores. A cidade passou por um rápido crescimento e provocou grande interesse, ocasionando uma migração interna. O setor agropecuário permaneceu forte e Goiânia tornou-se um importante centro econômico e cultural, além de possuir pólos educacionais e centros de estudos e pesquisa.

Com base na análise sócio-histórica deste capítulo, podemos inferir que os movimentos de ocupação e povoamento desses territórios tiveram impactos significativos na economia e, principalmente, na cultura de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O grande fluxo de migração pela região Centro-Oeste justifica a heterogeneidade linguística e cultural no riquíssimo território. Após explorar as regiões abordadas neste estudo, o quinto capítulo destaca o nosso foco de pesquisa e os fundamentos teórico-metodológicos.

5 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A presente pesquisa fundamenta-se no modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008) e da Geolinguística (Cardoso, 2010), realizando uma análise quantitativa dos dados do Projeto ALiB (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001). O Objetivo é analisar o uso das diversas formas utilizadas no acusativo (objeto direto), e suas formas variáveis, nas capitais da Região Centro-Oeste do Brasil

5.1 DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* para o estudo das formas anafóricas no acusativo na região Centro-Oeste do Brasil é composto de dados selecionados das três capitais: Cuiabá, Campo Grande e Goiânia. Essas informações foram coletadas pela equipe do ALiB, considerando fatores geográficos, culturais e históricos. O Quadro 6 apresenta as localidades selecionadas.

Quadro 6 — Localidades selecionadas para a pesquisa na região Centro-Oeste

Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Goiás
108. Cuiabá	115. Campo Grande	123. Goiânia

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

5.2 INFORMANTES

O *corpus* é constituído por oito informantes por capital, somando 24 entrevistados nas três capitais da Região Centro-Oeste do Brasil. O questionário linguístico, elaborado pela equipe do Projeto, é utilizado como instrumento de coleta de dados, aborda diferentes aspectos da língua em seções específicas. Para isso, a estrutura é composta de Questionário Fonético-Fonológico, com questões de Prosódia, QSL e Questionário Morfossintático (QMS), bem como questões de Pragmática, temas para discursos semidirigidos (relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal), perguntas metalinguísticas e um texto para leitura (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001).

Para apurar a alternância das formas anafóricas, optamos por utilizar dois tipos

de discurso, retirados do questionário ALiB: um mais formal (Discurso Dirigido) e outro mais informal (Discurso Semidirigido), que apresentam as seguintes questões:

- a) discurso dirigido nº 26 do QMS: “o que vocês fazem no fim de semana?”;
- b) discurso semidirigido nº 1 relato pessoal: “relate um acontecimento marcante em sua vida (casamento, namoro etc.)”.

5.3 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS A SEREM ANALISADAS

Conforme Mollica e Braga (2003), o termo *variável* pode conter pelo menos dois conceitos distintos: o fenômeno em variação, que se denomina também variável dependente; e o grupo de fatores que favorecem ou inibem o uso de uma variante — as variáveis independentes, que podem ser de natureza interna ou externa à língua.

5.3.1 Grupo de Fatores Linguísticos

Essas variáveis mostraram se mais relevantes para a nossa análise e como possíveis condicionadores linguísticos, com os seguintes grupos:

- a) tempos e formas verbais: presente do indicativo; pretérito perfeito do indicativo; pretérito mais-que-perfeito do indicativo; pretérito imperfeito do indicativo; futuro do presente; futuro do pretérito; presente do subjuntivo; imperativo afirmativo; imperativo negativo e ocorrências com gerúndio; infinitivo e particípio;
- b) forma verbal: simples e composta;
- c) traço semântico do antecedente: traço [+ animado] e traço [- animado].

5.3.2 GRUPO DE FATORES SOCIAIS

- a) sexo do informante;
- b) idade;
- c) escolaridade.
- d) localidade

5.4 O PROGRAMA GOLDVARB X

Após a codificação dos dados foi utilizado o programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) e uma versão para Windows do programa computacional VARBRUL (SANKOFF, 1988), responsável pelo tratamento estatístico dos dados. Freitag e Mittmann (2005, p. 3) descrevem o programa GoldVarb como uma ferramenta de análise estatística, especialmente empregada no tratamento estatístico de regras variáveis em estudos sociolinguísticos.

Criamos símbolos para cada fator das variáveis previamente definidas, o que é necessário, pois o *software Goldvarb X* faz cruzamentos apenas dos dados codificados. Assim, no arquivo de dados, cada fenômeno recebeu uma entrada, segundo os códigos estabelecidos constantes no anexo B.

O programa revela-se um facilitador, uma ferramenta ideal, pois gera uma descrição estatística capaz de sistematizar as variáveis e seus fatores de influência, sejam eles internos ou externos ao sistema linguístico. Cabe ao pesquisador armazenar, editar e manusear essa considerável quantidade de informação (GUY; ZILLES, 2007, p. 40). Este programa possibilita a investigação de situações em que a variável linguística sofre influências de diversos elementos do contexto, ou seja, das diversas variáveis independentes.

5.5 OBJETIVOS E HIPÓTESES

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o uso das diversas formas utilizadas no acusativo (objeto direto), e suas formas variáveis,

Considerando que as formas anafóricas do acusativo são variantes da mesma variável, elaboramos uma questão para nortear a investigação nas três capitais pesquisadas (Cuiabá, Goiânia e Campo Grande): Como se distribuem as variantes anafóricas do objeto direto acusativo em cada uma das capitais investigadas?

Alicerçado em alguns estudos desenvolvidos nas últimas décadas sobre essa temática (Cyrino, 1997; Costa, 2011; Duarte, 1986, 1989; Marafoni, 2004, 2010; Omena, 1978;), levantamos as seguintes hipóteses:

a) de modo geral, há uma frequência balanceada de objetos preenchidos e nulos;

b) é possível que a variação do objeto anafórico esteja condicionada por variáveis linguísticas e sociais;

c) o antecedente mais animado condiciona o uso de objetos preenchidos;

d) as pessoas mais escolarizadas utilizam o ON ou o objeto preenchido pelo clítico acusativo nas três capitais.

e) a categoria vazia é a forma preferida para a substituição do clítico, principalmente em estruturas sintáticas mais simples e com antecedentes que possuam o traço [-animado], e também na fala dos jovens, enquanto a faixa etária mais avançada usaria mais os clíticos.

f) as formas verbais possuem influência sobre a escolha das variantes, verbos no gerúndio e em tempos simples favorecem o pronome lexical enquanto o imperativo favorece a categoria vazia.

Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos para confirmar as hipóteses do trabalho: a) verificar a frequência de objetos preenchidos e nulos; b) averiguar a produtividade de clítico acusativo nos dados analisados; c) estudar a utilização do objeto nulo ou do objeto preenchido pelo clítico acusativo nas três capitais; d) o antecedente mais animado condiciona o uso de objetos preenchidos.

Como apontado no trabalho pioneiro de Omena (1978) e corroborado por estudos que se sucederam, o clítico acusativo de 3ª pessoa está em vias de desaparecimento na língua oral. Também, na fala das capitais da Região Centro-Oeste, o clítico deve apresentar poucas ocorrências e concentrar-se em contextos bastante específicos, como, por exemplo, após verbos na forma infinitiva;

A categoria vazia é a forma preferida para a substituição do clítico, principalmente em estruturas sintáticas mais simples e com antecedentes com o traço [- animado], conforme apontado por Omena (1978), Duarte (1986) e Malvar (1992).

A frequência relativa de uso do PL não é alta. Contudo, essa variante tem forte encaixamento linguístico: traço [+ animado] do antecedente e estruturas sintáticas mais complexas, conforme demonstrado por Omena (1978), Duarte (1986), Malvar (1992) e Schwenter e Silva (2003).

Os estudos de Duarte (1986) e Malvar (1992) demonstram que, quanto maior a escolaridade do falante, menor o uso do PL, categoria socialmente estigmatizada. A categoria vazia é a variante mais utilizada, independente da escolaridade do falante, mas informantes com curso superior usam mais o SN. Duarte também concluiu que a menor faixa etária favorece o PL.

As hipóteses para as variáveis coadunam os resultados auferidos pelos trabalhos já realizados: a faixa etária e o grau de escolaridade do falante fazem decrescer o uso do PL e aumentar o de SNs e da categoria vazia. Assim, os informantes de nível superior e maior faixa etária (50 a 65 anos) favorecem o SN anafórico e a categoria vazia e desfavorecem o PL. Por outro lado, o ensino fundamental e a menor faixa etária seriam o ambiente favorecedor do PL e desfavorecedor das outras duas formas em variação.

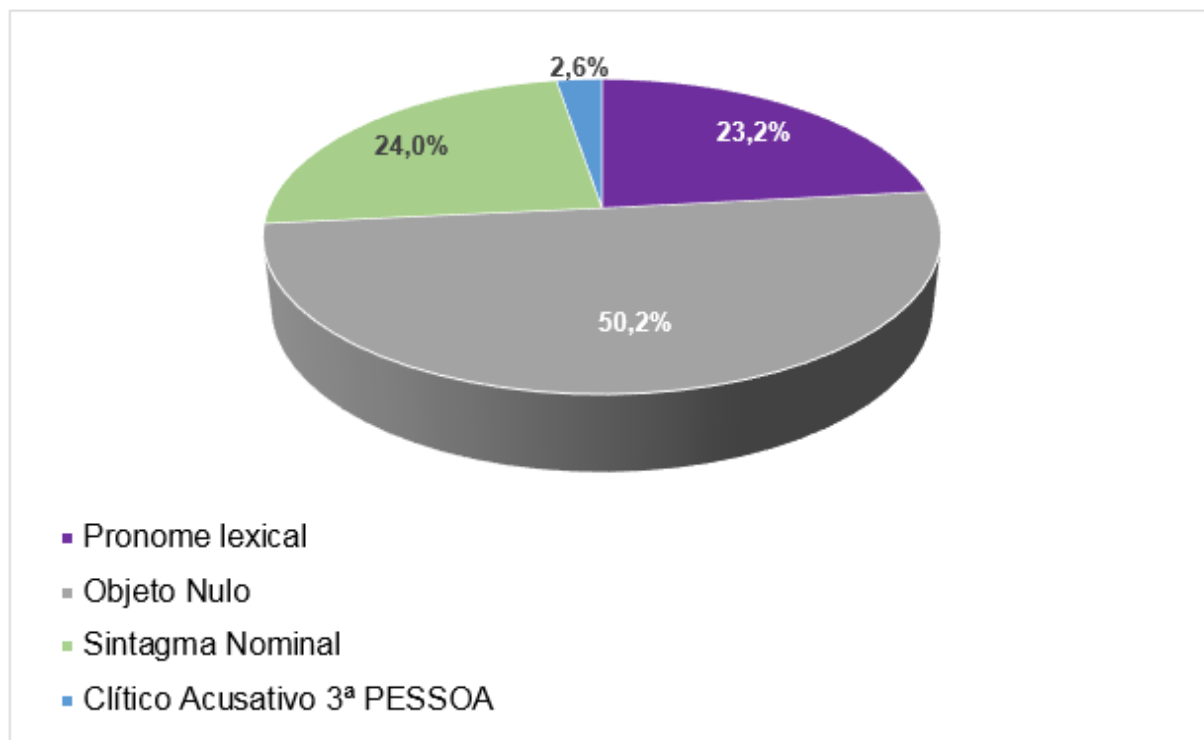
Os resultados de Duarte (1986) e Malvar (1992) não apontam a variável gênero como relevante para a variação do objeto direto anafórico. No entanto, testamos essa variável, por considerar que o gênero feminino, conforme o que afirmou Labov (2008 [1972]), as mulheres geralmente optam (conscientemente ou não) pela variante mais prestigiada pela sociedade, que geralmente é também a mais formal. Segundo o autor, “mesmo quando usam as formas mais extremas de uma variável sociolinguística em avanço em sua fala casual (...), as mulheres se corrigem mais nitidamente do que os homens nos contextos formais” (Labov p. 282).

Os dados apresentados por Duarte (1986) apontam que as formas verbais influenciam a escolha das variantes. Segundo a autora, verbos no gerúndio e em tempos simples favorecem o PL, enquanto o imperativo favorece a categoria vazia. Codificamos também a variável, a fim de confirmar nossos dados e os de Duarte. As hipóteses formuladas baseiam-se nos resultados de estudos anteriores e serão testadas nos resultados estatísticos apresentados no próximo capítulo.

6 RESULTADO GERAL E ANÁLISE

Este capítulo apresenta os gráficos, as tabelas, os quadros e a análises dos resultados obtidos, após o tratamento estatístico para cada grupo potencial de fatores condicionantes. Ao todo, computamos 271 ocorrências nas entrevistas do ALiB, a partir dos dois tipos de discurso. O gráfico 1 apresenta os resultados em porcentagem: atuação dos fatores linguísticos para a implementação de uma ou de outra variante do objeto direto.

Gráfico 1 — Resultado geral das ocorrências do objeto anafórico na posição de acusativo das capitais da Região Centro-Oeste do Brasil.



Fonte: próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Como ilustra o Gráfico 1, os resultados estão distribuídos da seguinte maneira: do total de 271 ocorrências, em diferentes estratégias de realização do objeto direto, os números encontrados foram: sete (2,6%) ocorrências de clítico para referenciar a 3ª pessoa (“... *aí o João nasceu trinta dias depois ele veio buscá-lo e levou a família toda*”); 63 (23,2%) de PL (“*Esse aqui é meu filho, eu abandonei ele quando era criança*”.); 65 (24,0%) de SN (“*o Gabriel, num tem, Eu falo orosol, falei... falei Naldo vou levar o Gabriel, pra tomar orosol*”); e 136 (50,2%) de ON “*Você conhece bastante tipo de árvore? INF. — Eu conheço Ø assim de vista né.*”

Houve um número alto de ocorrências com o ON 137 (49,8%), convergentes com os resultados de Duarte (1989), segundo os quais o ON (desde a década de 1980) parece estar em um estágio de implementação no PB. Isso demonstra que o ON tem sido realizado por diversos informantes. Sobre esse ponto, Duarte (1989, p. 32) afirma:

Que a categoria vazia objeto se encontra implementada no sistema lingüístico é desnecessário enfatizar. Sua ocorrência em artigos de jornais e revistas, na literatura e em traduções, em contextos que não têm a intenção de reproduzir a língua falada, atesta isso e distingue o português do Brasil das suas línguas irmãs, exigindo uma análise que considere o discurso.

É relevante destacar que, devido ao alto número de ocorrências, o uso do ON não representa um modo desprestigiado de utilização da língua, pois os falantes não percebem ON como uma classe gramatical, especificamente, mas como parte da linguagem comum do cotidiano, como aponta Duarte (1989).

Pelos resultados do gráfico 1, podemos afirmar que, em primeiro lugar, como estratégia de substituição ao clítico acusativo, os falantes optam pelo clítico acusativo de 3ª pessoa como última opção. A baixa frequência de pronome clítico de 3ª pessoa já era esperada, apenas sete ocorrências (2,6%) de pronome clítico, em conformidade com outros estudos de Duarte (1989). Isso indica que a realização tem diminuído com os anos.

Resultado semelhante foi observado por Barbosa (2015): 562 ocorrências. Das diferentes estratégias de realização do objeto direto, os números encontrados foram: duas (1%) de clítico, 38 (7%) de PL, 241 (43%) de SN, 281 (50%) de categoria vazia (nulo), porcentagem bastante expressiva de ocorrências de categoria vazia nos resultados da pesquisadora. A seguir, a tabela 1 expõe os resultados referentes ao período simples e composto.

Tabela 1 — Resultados da variável segundo a variável forma simples e composta

CAMPO GRANDE									
Forma Verbal	PL		ON		SN		Clítico		Total
Simple	1 5	20,50%	4 0	54,80%	17	23,30%	1	1,40%	73
Composta	2	40%	1	20%	2	40%	0	0%	5
Total	1 7		4 1		19		1		78
CUIABÁ									
Forma Verbal	PL		ON		SN		Clítico		Total
Simple	1 8	18,90%	5 1	53,70%	25	26,30%	1	1,10%	95
Composta	7	46,70%	4	26,70%	3	20%	1	6,70%	15
Total	2 5		5 5		28		2		110
GOIÂNIA									
Forma Verbal	PL		ON		SN		Clítico		Total
Simple	2 1	30%	3 1	44,30%	17	24,30%	1	1,40%	70
Composta	0	0%	9	69,20%	1	7,75	3	23,15%	13
Total	2 1		4 0		18		4		83

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Nos dados apresentados na tabela 1, **Período** simples favorece o objeto nulo, nas 3 capitais Campo Grande, Cuiabá e Goiânia 40 (54,80%), 51 (53,70%) e 31 (44,3%), respectivamente, exemplos:

a) “Você conhece bastante tipo de árvore?”;

“Eu \emptyset **cunheço** assim de vista né....”

b) “O nascimento da minha filha né, meu casamento. Porque sim, porque foi uma realização na minha vida que... uma coisa que eu sempre sonhei tê \emptyset e graças a Deus eu \emptyset tenho hoje”.

A segunda variante mais usada no período simples, em Campo Grande (23,30%) e em Cuiabá (26,30%), foi o SN, por exemplo: “a Angelina, num sei se a senhora viu **a Angelina**”. Em Goiânia (30%), foi o PL, por exemplo: “*a mulher do João-de-barro trai **ele**, ele põe **ela** dentro da casa e fecha a casa e deixa **ela** morrer lá dentro*”.

Quanto ao período composto, a tabela 1 mostra que, apesar de raras ocorrências (cinco em Campo Grande, 15 em Cuiabá e 13 em Goiânia), ele favoreceu, em Campo Grande, o uso de PL e do SN: “*É, ela perdeu na... na hora do parto, **tentaro fazê** o parto normal à força*”, que foram realizados duas vezes. Em Cuiabá, o PL “*chamava **ele** de professor né? e mandou chamar **ele***”, ocorreu em sete dos 15 períodos compostos do *corpus*. Em Goiânia, o ON esteve no período composto (nove ocorrências).

Semelhantemente, Barbosa (2015) afirma que os resultados mostraram-se mais expressivos entre os informantes que preferem utilizar a categoria vazia como estratégia de esquiva ao clítico de 3ª pessoa. Nos dados da pesquisadora, a forma simples aparece em 55% das ocorrências de preenchimento na fala do araguiense, esses resultados aproximam aos analisados por Oliveira (2007), que investigou o objeto nulo, o qual foi o mais utilizado, computando 52% de ocorrências com verbos em forma simples.

A seguir, as tabelas 2, 3 e 4 demonstram os resultados referentes à atuação dos tempos verbais no uso de PL, ON, SN ou do clítico acusativo em cada localidade investigada.

Tabela 2 — Tempos e formas verbais — Campo Grande

Campo Grande									
	PL		ON		SN		Clítico		Total
Futuro do subjuntivo	0	0%	18	100%	0%	0	0%	18	
Pretérito perfeito do indicativo	9	21,1%	16	42,10%	13	34,20%	1	2,60%	39
Presente do indicativo	1	12,50%	5	62,50%	2	25%	0	0%	8
Pretérito imperfeito do indicativo	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%	1

Infinitivo pessoal	6	50%	2	16,70%	4	33,30%	0	0%	12
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0
TOTAL	17		41		19		1		78

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Em Campo Grande, em relação aos tempos verbais, o PL ocorreu principalmente no pretérito perfeito do indicativo (9 ocorrências, 21,1%), além de uma ocorrência no presente do indicativo e outra no pretérito imperfeito. “*Deus usô ele, eu peguei e fui*”. Já no infinitivo pessoal, há uma ocorrência do PL de 50%, “ — Num *cheguei a conhecer ela não*”. Contudo, já encontramos um maior uso desse tipo de construção verbal. O futuro do subjuntivo e o pretérito mais-que-perfeito do indicativo não tiveram amostra, ou seja, a ocorrência foi de 0% e os oito entrevistados não utilizaram.

Quando tratamos do futuro do subjuntivo, o ON é 100%, sendo: 42,10%, 62,50% e 16,70%, em relação ao pretérito perfeito do indicativo, presente do indicativo e infinitivo pessoal, respectivamente. Diante do pretérito imperfeito do indicativo e do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, o uso não aparece.

Já o SN apresenta porcentagens baixas nos distintos tempos verbais, o que também ocorre com o clítico acusativo, que aparece com 2,60% apenas no pretérito perfeito do indicativo. Novamente, isso indica uma escassez do uso, representado uma progressiva diminuição da construção linguística no PB.

Tabela 3 — Tempos e formas verbais — Cuiabá

Cuiabá									
	PL		ON		SN		Clítico		Total
Presente do indicativo	2	10,5%	10	52,6%	7	36,9%	0	0%	19
Futuro do subjuntivo	3	50,0%	2	33,3%	1	16,7%	0	0%	6
Pretérito perfeito do indicativo	9	23,1%	20	51,2%	9	23,1%	1	2,60%	39
Pretérito imperfeito do indicativo	5	26,4%	7	36,8%	7	36,8%	0	0%	19
Infinitivo pessoal	2	15,4%	9	69,2%	1	7,7%	1	7,70%	13

Gerúndio	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0%	2
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	1	33,3%	2	67%		0,0%	0	0%	3
Imperativo afirmativo	2	50,0%	1	25,0%	1	25,0%	0	0%	4
Presente do subjuntivo	0	0,0%	4	80,0%	1	20,0%	0	0%	5
Total	25		55		28		2		110

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

De acordo com a tabela 3, o ON prevalece na maioria dos tempos verbais em Cuiabá. Ocorre de forma majoritária no presente do indicativo, por exemplo:

- a) “*você conhece bastante tipo de árvore?*”;
- b) “*eu cunheço Ø assim de vista né*”) e (52,6%), no pretérito perfeito do indicativo “*Esse menino aqui é meu filho, né? E eu Ø abandonei, né?*” (51,2%), no infinitivo pessoal, por exemplo: “*meu irmão tinha um cavalo então eu que eu que era incumbido de de de de campiar... campiar Ø*”, (69,2%) e no presente do subjuntivo (80,0%).

A segunda variante mais usada é o SN no presente do indicativo (36,9%), no pretérito perfeito do indicativo (23,1%), no pretérito imperfeito do indicativo. “*Ela ficou grávida né do menino, o rapaz não queria o menino (hum) num queria a companhia do menino*” (36,8%).

Já a variante do PL ocorre preferencialmente no pretérito perfeito do indicativo (23,1%) e no pretérito imperfeito do indicativo (26,4%). De modo geral, o pretérito perfeito do indicativo é o tempo verbal mais produtivo na amostra cuiabana analisada. O ON é a variante predominante nesse e nos demais tempos verbais, com exceção apenas no imperativo afirmativo, que apresentou somente uma ocorrência, e do gerúndio, sem nenhuma realização.

Em Cuiabá, embora o número de ocorrências seja pequeno, em relação ao uso do PL, encontramos, de maneira moderada, a ocorrência do PL nas falas em quase todos os tempos verbais. Já o ON está presente de forma marcante. Cabe destacar que, apenas no gerúndio, o seu uso não é determinado. Ao comparar nossos resultados com os de Barbosa (2015), verificamos que os tempos verbais, como

pretérito imperfeito do indicativo, gerúndio e infinitivo não favoreceram a escolha do PL. Isso porque o percentual encontrado no *corpus* da pesquisadora ficou baixo, em relação às outras variantes, corroborando nossos resultados.

Tabela 4 — Tempos e formas verbais — Goiânia

GOIÂNIA									
	PL		ON		SN		Clítico		Total
Presente do indicativo	7	17,9%	27	69,3%	5	13%	0	0%	39
Infinitivo pessoal	0	0,0%	2	50,0%	0	0%	2	50%	4
Pretérito perfeito do indicativo	13	52,0%	7	28,0%	3	12%	2	8%	25
Pretérito imperfeito do indicativo	0	0,0%	1	12,5%	7	88%	0	0%	8
Gerúndio	1	50,0%	1	50,0%	0	0%	0	0%	2
Presente do subjuntivo	0	0,0%	2	50,0%	2	50%	0	0%	4
Pretérito mais-que-perfeito do indicativo	0	0,0%	0	0,0%	1	100%	0	0%	1
TOTAL	21		40		18		4		83

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Em Goiânia, notamos os mesmos fenômenos apresentados nas outras capitais, mas foi a capital com mais uso do clítico: quatro ocorrências, duas ocorrências com os tempos verbais infinitivo pessoal e duas com pretérito perfeito do indicativo. Das 83 ocorrências em Goiânia, 39 tiveram o verbo no presente do indicativo, “*o turco, eu vejo ele*” com destaque para o ON, com 27 (69,3%) em relação ao infinitivo pessoal. O tempo verbal mais usado é o presente do indicativo, em que se sobressai o uso do ON. Essa variante prevalece no presente do indicativo, com 27 (69,3%); e no pretérito perfeito do indicativo, com 7 (28%).

Já o PL prevalece no pretérito perfeito do indicativo 13 (52%) e no presente do indicativo sete (17,9%). Por fim, o SN tem a maioria das ocorrências no pretérito imperfeito do indicativo, com sete (88%), e no presente do indicativo, com cinco (13%). Ressaltamos que o clítico acusativo teve apenas quatro ocorrências, das quais duas no infinitivo pessoal, e duas no pretérito perfeito do indicativo. Em seguida, a tabela 5

expõe o condicionamento semântico.

6.1 Condicionamento Semântico

Tabela 5 — Condicionamento semântico

Condicionamento semântico	Preenchido	Nulo	Total
[+] animado	109 (81%)	33 (24%)	142 (52,4)
[-] animado	26 (19%)	103 (76%)	129 (47,6)
Total	135 (49,8)	136 (50,2%)	271

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Conforme a tabela 5, os resultados da análise revelam que o traço [-] animado do referente favorece o ON em 76% dos exemplos considerados na análise dos traços menos animados: “*E aí você... A tua casa ela não conhece ainda, né? Num Ø conheci*”, em 103 ocorrências (76%), atestando a nossa hipótese. “*Guaraná, meu pai usava direto, e eu queria usá Ø porque fala que prolonga a vida, e eu fui inventá de usá Ø*”.

Estudos anteriores, como Omena (1978), que constatou grande quantidade de ocorrências de ON quando os referentes inanimados, ou seja, o traço [-] animado favorece a aplicação da regra de apagamento, enquanto o antecedente com traço [+] animado favorece o aparecimento das formas preenchidas. Já os estudos de Duarte (1986; 1989) atestaram que o traço [-] animado ocasiona o apagamento do objeto direto, esses resultados confirmam nossa hipótese.

Marafoni (2004) também constatou que o traço [- animado] do antecedente condicionou o uso do nulo no ano 2000. Com 0,56 de peso relativo, (o traço [+] animado] teve 0,33, atestando a hipótese da pesquisadora.

Oliveira (2007) presumia que o uso do clítico acusativo e do pronome tônico estariam condicionados ao traço [+ animado, +específico/referencial] do antecedente, enquanto o uso do ON e do SN anafórico estariam condicionados ao traço [-animado, +específico/referencial] de seu referente. A pesquisadora confirmou a hipótese dela, quando verificou que 69% dos referentes [- animado] eram retomados anaforicamente por ONs (contra 43% para os referentes [+ animado]).

Costa (2011) mostrou a grande influência dos referentes [- animado] para a ocorrência de ON nos dados do PB dos séculos XIX e XX, com peso relativo de 0,77 (contra 0,11 para referente [+ animado]).

Ratificando o resultado de vários trabalhos de pesquisadores (Duarte, 1989; Cyrino, 1997; Oliveira, 2007), que analisaram o uso dessas variantes, a animacidade é um traço semântico que condiciona significativamente o uso de uma variante, indicando uma tendência de o objeto direto nulo ter um elemento [- animado] como antecedente. Para tratar dessa questão, consideramos a assertiva de Oliveira (2007, p.14):

[...] o uso do clítico acusativo e do pronome tônico está condicionado ao traço [+animado, +específico/referencial] de seu antecedente, enquanto o do ON e do SN anafórico ao traço [- animado, +específico/referencial] de seu referente.

Alguns elementos utilizados como acusativo são condicionados pela variável “animacidade”. Por exemplo, o pronome pessoal do caso reto de terceira pessoa parece ser utilizado em contextos cujos referentes são [+ animados], enquanto o ON em casos em que os referentes são [- animados]. No estudo do condicionamento semântico de animacidade, Duarte (1989) mostrou que o traço [+ animado] estava presente em 92,4% dos dados de PL, e em 78,4% dos dados de clíticos. O traço [- animado] aparece com mais frequência nas ocorrências de SN anafórico, abarcando 70,7% desses dados, e em 76,3% do ON.

Além de Duarte (1989), outros autores também constataram que o traço [+ animado] favorece o uso do pronome tônico, de acordo com a afirmação de Cyrino, 2000, p. 618).

Quanto à ocorrência de objetos diretos nulos, os resultados confirmam as pesquisas sincrônicas e diacrônicas existentes: o objeto direto nulo do PB é preferencialmente [- animado] e ocorre em qualquer tipo de estrutura, seja ilha ou não. Mais importante, os resultados deste estudo confirmam assim os resultados provenientes de um *corpus* escrito (peças teatrais), mostrando que esse tipo de pesquisa pode revelar, da mesma forma, a situação da língua oral. Como diz Adams (1987), na verdade, os autores não podem mudar muito a sintaxe da língua escrita se querem ser entendidos.

Como Cyrino (2000), Oliveira (2007) constata que o traço [+ animado] é um forte condicionador do pronome preenchido, isto é, quando o referente é [+ animado], os falantes optam por realizá-lo fonologicamente de alguma forma:

Os condicionamentos linguísticos revelaram que o traço [+ animado], como previmos, privilegiou a ocorrência do pronome tônico, como também a do clítico acusativo. Quanto à especificidade do SN antecedente, o traço [+ específico/referencial] mostrou-se relevante para o condicionamento do pronome tônico, do SN anafórico e do clítico acusativo, enquanto o ON, contrariando a nossa hipótese inicial, foi favorecido em contextos em que o SN foi marcado com o traço [- específico] (Oliveira, 2007, p. 26).

Comparando nossos resultados com aqueles apresentados pelos autores referenciados, frisamos que o traço “animacidade” é fator de grande influência para determinar o preenchimento do objeto direto.

A tabela 6 apresenta as ocorrências do objeto anafórico na posição de acusativo, segundo a variável sexo.

Tabela 6— Variável sexo

Campo Grande									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
HOMEM	8	17%	27	56%	13	27%	0	0%	48
MULHER	9	30%	14	47%	6	20%	1	3%	30
TOTAL	17	23%	41	51%	19	24%	1	2%	78

Cuiabá									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
HOMEM	11	19%	29	50%	18	31%	0	0%	58
MULHER	14	27%	26	50%	10	19%	2	4%	52
TOTAL	25	23%	55	50%	28	25%	2	2%	110

Goiânia									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
HOMEM	13	62%	3	14%	4	19%	1	5%	21
MULHER	8	13%	37	60%	14	23%	3	5%	62
TOTAL	21	37%	40	37%	18	21%	4	5%	83

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Na tabela 6, verificamos uma distribuição significativa e diversificada no que diz respeito ao sexo dos informantes e às formas usadas para expressar o objeto direto. Como constatamos, Campo Grande, Cuiabá e Goiânia apresentam comportamentos distintos entre as variantes concorrentes. Em Campo Grande, por exemplo, há predomínio do ON, tanto para homens como mulheres: “*Não, não. A minha vó nem cheguei a conhecê Ø*”, houve somente uma ocorrência de clítico acusativo de 3ª pessoa do sexo feminino, “ele veio buscá-la”.

Em Cuiabá, houve duas ocorrências de clítico acusativo de 3ª pessoa, também por informante de sexo feminino (referindo-se ao filho): “*mais assim pensando de conquistá-lo, quando ela viu que não ia consegui ela quis tomá Ø de mim*”. Goiânia foi a capital com maior número de ocorrências do clítico acusativo de 3ª pessoa: uma ocorrência de informante homem e três de mulheres, totalizando quatro ocorrências. Com o predomínio de uso do PL entre os informantes masculinos, 13 ocorrências (61,9%), em relação às mulheres, o ON foi a forma com maior número de ocorrências: 37 (60%).

Realçamos que os homens de Cuiabá e de Campo Grande não fizeram uso dos clíticos de 3ª pessoa, e essa variante apresentou raras ocorrências na amostra analisada.

A seguir, a tabela 7 apresenta as ocorrências do objeto anafórico na posição de acusativo, segundo a idade.

Tabela 7 — Variável idade

Campo Grande									
Idade	PL		ON		SN		Clítico acusativo 3ª Pessoa		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
18-30	10	21%	25	52%	12	25%	1	2%	48
50-65	7	23%	16	53%	7	23%	0	0%	30
TOTAL	17,00	22%	41,00	53%	19,00	24%	1,00	1%	78

CUIABÁ									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo 3ª Pessoa		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
18-30	7	16%	21	48%	16	36%	0	0%	44
50-65	18	27%	34	52%	12	18%	2	3%	66
TOTAL	25	22%	55	50%	28	27%	2	2%	110

GOIÂNIA									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo 3ª Pessoa		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	
18-30	10	32%	14	45%	6	19%	1	3%	31
50-65	11	21%	26	50%	12	23%	3	6%	52
TOTAL	21	27%	40	48%	18	21%	4	4%	83

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Conforme a tabela 7, há favorecimento do uso da categoria vazia de objeto, nas duas faixas etárias (faixa etária I: 18 a 30 anos, faixa etária II: 50 a 65 anos), em todas

as capitais: Campo Grande (52% - 53%), Cuiabá (48% - 52%) e Goiânia (45% - 50%). Esses resultados corroboram os de Duarte, a qual afirma que a categoria vazia está em estágio de implementação no sistema linguístico (Duarte, 1986, 1989).

Em relação ao clítico acusativo, no total, houve 7 ocorrências, sendo uma da primeira faixa etária, de Campo Grande; duas da segunda faixa etária, de Cuiabá; uma da primeira faixa etária, e três dos informantes entre 50 e 65 anos, na capital Goiânia. Podemos observar, que o percentual mais alto de ocorrência dessa variante foi em Goiânia, com quatro por cento (4%).

Importante evidenciar que segunda variante mais usada pelos informantes da faixa etária 1 (18 a 30 anos) foi o SN em Cuiabá, com 16 ocorrências (36%) e em Campo Grande, com 12 ocorrências (25%), assim como o PL em Goiânia, com dez (32%). Já os informantes da faixa etária 2 (50 a 65 anos), de Campo Grande, apresentaram o mesmo percentual de uso para o PL e o SN, com 12 (23%). Em Cuiabá, a segunda variante mais usada por esse grupo foi o PL, com 18 ocorrências (27%).

Na pesquisa de Duarte (1986), os grupos de fatores sociais e estilísticos foram relevantes na escolha de diferentes formas de representar o objeto direto anafórico. Segundo a pesquisadora, a escola prepara o aluno com habilidades para usar o clítico, mas, mesmo com o conhecimento dessa forma, prefere usar de maneira restrita, optando por alternativas para substituir o clítico acusativo, como: categoria vazia, SN ou pronome reto (Duarte, 1986, 1989).

Em seguida, apresentaremos a tabela 8, que demonstra as ocorrências do objeto anafórico na posição de acusativo, segundo a variável escolaridade.

Tabela 8 — Escolaridade

CAMPO GRANDE									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo 3ª Pessoa		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
Fundamental	8	17%	25	54%	13	28%	0	0%	46
Superior	9	28%	16	50%	6	19%	1	3%	32
TOTAL	17	23%	41	52%	19	24%	1	2%	78

CUIABÁ									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo 3ª Pessoa		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
Fundamental	12	30%	17	43%	10	25%	1	3%	40
Superior	13	19%	38	54%	18	26%	1	1%	70
TOTAL	25	24%	55	48%	28	25%	2	2%	110

GOIÂNIA									
	PL		ON		SN		Clítico acusativo 3ª Pessoa		TOTAL
	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O	%	N. O
Fundamental	20	34%	26	45%	9	16%	3	5%	58
Superior	1	4%	14	56%	9	36%	1	4%	25
TOTAL	21	19%	40	50%	18	26%	4	5%	83

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Quanto à escolaridade, os dados da tabela 8, de modo geral, o ON prevalece na fala dos dois grupos analisados nas três capitais. Ou seja, não faz diferença se a pessoa tem maior ou menor grau de escolaridade, ela vai usar preferencialmente a categoria vazia. A segunda variante, preponderante, difere de uma capital para outra.

Em Campo Grande, os informantes com Ensino Fundamental usam mais o SN, com 13 (28%), por exemplo: “*a Angelina, num sei se a senhora viu a Angelina*”; em Cuiabá, com 12 (30%), por exemplo: “*o Gabriel, num tem, falei... falei Naldo vou levar o Gabriel*”. E em Goiânia, com 20 (34%), eles apresentam como segunda variante o PL. Esse resultado inverte-se quando se trata dos informantes com ensino superior nas três capitais. Em Campo Grande, eles optam pelo PL, com nove (28%), em Cuiabá, com 18 (26%), e em Goiânia, com nove (36%), pelo SN, por exemplo: “*o povo? Eu levava o povo*”.

Conforme mencionado, o clítico acusativo é a variante menos produtiva na fala dos dois grupos analisados. Esse resultado encontra respaldo em Duarte (1986), que também verificou que a categoria vazia é disputada na fala dos informantes menos escolarizados e, também, nos informantes com ensino superior. A pesquisadora constatou que “o favorecimento de categoria vazia por todos os grupos mostra o estágio de implementação da variante no sistema linguístico” (Duarte, 1989, p. 27).

Por sua vez, o uso do clítico acusativo está distribuído da seguinte forma: em Campo Grande, houve uma ocorrência de informante do Ensino Superior e nenhuma ocorrência do Ensino Fundamental; e em Cuiabá uma ocorrência de clítico acusativo para Ensino Superior e uma ocorrência para o Ensino Fundamental. Embora a hipótese fosse que a variável escolaridade também seria favorável ao uso do clítico acusativo, isso não se atestou em Goiânia, pois tivemos mais ocorrências na fala dos informantes do Ensino Fundamental do que na fala dos informantes com Ensino Superior, sendo três ocorrências de clítico acusativo para Ensino Fundamental:

- a) *“então uma coisa que me chocou muito. Segundo, quando eu era pequena, que o presidente da República Getúlio Vargas veio à Goiás, a festa do almoço foi na fazenda e o meu pai que o recepcionou”;*
- b) *“aí o João nasceu trinta dias depois ele veio **buscá-lo** e levou a família toda”;*
- c) *“ele veio **buscá-la**”.*

E uma ocorrência para o informante do Ensino Superior:

- d) *“aí deixo comigo, mais assim... deixô, pensando de **conquistá-lo**”.*

Com base na nossa análise acima, é possível confirmar que nossa hipótese de que a variável escolaridade também favoreceria o uso do clítico. Em outras palavras, esperávamos mais ocorrências do clítico acusativo entre informantes mais escolarizados. No entanto, essa hipótese foi confirmada parcialmente, pois não se aplicou a todas as capitais. Em Goiânia, por exemplo, as três ocorrências do clítico acusativo foram identificadas em informantes do ensino fundamental.

No intuito de refinar a análise, apresentaremos nos próximos quadros a análise binomial sobre o uso do objeto nulo.

6.2 OBJETO NULO X OUTRAS VARIÁVEIS

Nesta seção, apresentaremos os resultados em percentual e peso relativo (PR) dos contextos selecionados pelo Programa Goldvarb X como mais relevantes para a aplicação da regra variável de uso objeto nulo.

Quadro 7: Atuação da variável escolaridade para a implementação da variável objeto nulo.

Variável escolaridade	Objeto Nulo		
	Apl./Total 137/ 273	% 50.2	P.R Input: 0.528
Ensino Fundamental	69 / 146	47.3	0.394
Ensino Superior	68 / 127	53.5	0.621
Significância: 0.031			

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Conforme os resultados do Quadro 7, constatamos que a variante objeto nulo (*a dança, se eu tenho uma pessoa expansiva, eu posso colocá Ø pra dançá o mambo*) foi mais recorrente na fala dos informantes mais escolarizados com PR 0,621. Isso confirma a nossa hipótese de que as pessoas mais escolarizadas, para evitar o preenchimento com o clítico acusativo e também para não fazer uso do pronome lexical (forma estigmatizada), tendem a anular o preenchimento do objeto, também observaram essa tendência Duarte (1986) e Malvar (1992), as pesquisadoras enfatizaram a relação entre o nível de escolaridade do falante e a menor frequência do uso do pronome lexical.

Omena (1978), uma das pioneiras no estudo deste fenômeno, no português brasileiro, argumenta que a regra mais recorrente foi a do objeto nulo, com 76%, contra 24% de emprego das formas ele(s), ela(s); ressaltando que o *corpus* com que Omena trabalhou é formado de fala da população não escolarizada da cidade do Rio de Janeiro, confrontando com dados de textos do português medieval.

Quadro 8: Atuação da variável Forma verbal (simples ou complexa) para a implementação da variável objeto nulo.

Forma verbal (simples ou complexa)	Objeto Nulo		
	Apl./Total 137/ 273	% 50.2	P.R Input: 0.528
Simples	123 / 240	87,9	0.533
Composta (locução Verbal)	14 / 33	12,1	0.274
Significância: 0.031			

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Os resultados do Quadro 8 comprovam que as estruturas simples (INQ.- *A tua casa ela não conhece ainda, né?* INF.- *Num Ø conheci, ela qué í.*) [-]) favorecem o uso do Objeto Nulo, pois representam 87,9% das ocorrências com PR 0,533. Apesar desse peso relativo estar próximo à neutralidade, ele é praticamente o dobro da forma composta (*Não, não. A minha vó nem **cheguei conhecê** Ø*) que teve poucas ocorrências (12,1%) e peso relativo de 0,274. Os resultados conferidos no quadro 8, corroboram com os dados apresentados por Oliveira (2007), que investigou o objeto nulo, o qual foi o mais utilizado, computando 52% de ocorrências com verbos em forma simples.

Quadro 9: Atuação da variável Tempos e Formas Verbais para a implementação da variável objeto nulo.

Tempos e Formas Verbais	Objeto Nulo		
	Apl./Total 137/ 273	% 50.2	P.R Input: 0.528
Presente do Indicativo	45 / 68	26,3	0.573
Pretérito Imperfeito do Indicativo	8 / 28	10,3	0.289
Pretérito Perfeito do Indicativo	43 / 104	38,1	0.448
Pretérito Mais Que Perfeito do Indicativo	2 / 5	1,8	0.485
Presente do Subjuntivo	4 / 6	2,2	0.606
Futuro do Subjuntivo	21 / 25	9,2	0.931
Infinitivo Pessoal	13 / 29	10,6	0.485
Gerúndio	1/ 4	1,5	0.269
Significância: 0.031			

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

Conforme apresentado na tabela 9, a variável futuro do subjuntivo (“*Campeonato, se puder eu acompanho Ø*”) mostrou-se como um contexto quase categoricamente favorável (PR. 0.931) à implementação da regra variável de uso do objeto nulo.

As variáveis presente do indicativo e presente do subjuntivo apresentaram peso relativo (0.573), (*Ahn. Conhece o Nordeste?– eu conheço Ø*) e (0.606), respectivamente, favorável à regra, mas próximo à neutralidade.

Já as variáveis pretérito perfeito do indicativo (0.448), pretérito mais que perfeito do indicativo (0.485) e infinitivo pessoal (0.485) demonstram ser um contexto desfavorável, porém próximo à neutralidade, para o uso do objeto nulo.

O contexto em que o verbo está no Pretérito Imperfeito do Indicativo (0.2890 e no gerúndio (*Eu fui lá pra sala de cirurgia, tendo ele.*) (P.R. 0.269), não são propícios para a implementação da regra variável de objeto nulo.

Conforme o peso relativo (0.042) da variável imperativo afirmativo, observamos que esse contexto apresentou-se praticamente categórico no desfavorecimento da aplicação da regra variável de implementação do objeto nulo no falar da Região Centro-Oeste.

Os estudos realizados por Duarte (1989) revelaram informações importantes a respeito da variável "Condicionamento Morfológico". Entre essas, destaca-se a ausência de ocorrências de clíticos em concordância com o verbo no modo imperativo, nos tempos compostos e em locuções verbais envolvendo o gerúndio. O uso da categoria vazia supera as outras variantes, independente da forma verbal, exceto para os SNs anafóricos em construções com gerúndio.

Quadro 10: Atuação da variável Animacidade do Antecedente para a implementação da variável objeto nulo.

Variável Animacidade	Objeto Nulo		
	Apl./Total 137/ 273	% 50.2	P.R Input: 0.528
Traço [+ animado]	79 / 206	38.3	0.323
Traço [- animado]	58 / 67	86.6	0.906
Significância: 0.031			

Fonte: Próprio autor com base nos dados obtidos nas entrevistas do ALiB

O quadro 10 confirma nossa hipótese sobre a tendência de ocorrer o objeto nulo quando o referente é [- animado), pois obtivemos peso relativo de 0.906 ("*Tem*

um programa de de de... São Paulo, feito pela Inesita Barroso, é bom, eu Ø vejo sempre”). Já o referente com traço [+ animado] (Minha filha...Nasceu super grande, foi um dos motivos que num dava pra fazê u partu normal... porque eles achavam ela muito grandi e na ultrasom tinha dadu três quilo i oituentus.) mostrou-se desfavorável (P.R.0.323) à aplicação da regra do uso do objeto nulo.

Esses resultados encontram respaldo nos estudos de Omena (1978) que também verificou que os referentes inanimados favorecem a ocorrência de objeto nulo.

Cyrino (1997) afirma que, desde o século XVI, já havia ON na escrita do PB, quando o antecedente era [+ específico/referencial, - animado], até o século XX, só houve mudança na frequência, sendo que os dados de ON aumentaram significativamente (10,7% no século XVI e 79,1% no século XX).

Finalizando a análise dos dados, na próxima seção apresentaremos as considerações finais onde retomamos algumas discussões abordadas no decorrer da pesquisa

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar retomamos as discussões que permearam a pesquisa, destacando os principais resultados e conclusões que identificamos ao longo deste estudo. As considerações finais visam consolidar e refletir sobre o conjunto de resultados obtidos, bem como estabelecer conexões com os objetivos propostos.

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar o uso das diversas formas utilizadas no acusativo (objeto direto), e suas formas variáveis: (Objeto Nulo, Sintagma Nominal, Clítico Acusativo e Pronome Lexical) nas capitais da Região Centro-Oeste do Brasil (Cuiabá, Goiânia e Campo Grande).

Como apresentado no início desta pesquisa, elencamos os seguintes objetivos específicos para confirmar as hipóteses do trabalho: a) verificar a frequência balanceada de objetos preenchidos e nulos; b) averiguar a produtividade de clítico acusativo nos dados analisados; c) estudar a utilização do objeto nulo ou do objeto preenchido pelo clítico acusativo nas três capitais; d) ressaltar que o antecedente mais animado condiciona o uso de objetos preenchidos.

Quanto à pergunta que norteou a presente pesquisa: Como se distribuem as variantes anafóricas do objeto direto acusativo em cada uma das capitais investigadas?

(Cuiabá, Goiânia e Campo Grande)? Verificamos que: a partir da distribuição dos tipos de objetos pronominais nas três capitais analisadas, observa-se uma predominância do objeto nulo em todas as localidades, com destaque para Cuiabá, que apresenta a maior frequência (55 ocorrências), seguida por Campo Grande (41) e Goiânia (40). Esses dados sugerem uma forte tendência ao objeto nulo.

No que diz respeito ao uso do pronome lexical, Cuiabá também se destaca com 25 ocorrências, enquanto Goiânia (21) e Campo Grande (17) apresentam números inferiores. Essa variação pode indicar uma preferência local mais marcada pela explicitação do referente.

O sintagma nominal anafórico aparece de forma relativamente equilibrada entre as três capitais, embora Cuiabá novamente lidera com 28 ocorrências. Esse tipo de realização reforça a tendência a uma retomada mais explícita do referente.

Quanto ao clítico acusativo, tradicionalmente associado à norma culta, apresenta baixa frequência em todas as capitais, sendo mais presente em Goiânia (4 ocorrências) e somente uma realização em Campo Grande (1 ocorrência). Essa baixa

produtividade do clítico reflete uma realidade já bem documentada nas variedades do português brasileiro, nas quais há preferência por formas mais analíticas ou nulas.

Os dados desta presente pesquisa revelam uma hierarquia de uso que privilegia o objeto nulo e o sintagma anafórico em detrimento do clítico acusativo, o que aponta para traços comuns entre as capitais analisadas, ainda que com pequenas variações locais.

Quanto ao sexo dos informantes e às formas usadas para expressar o objeto direto. Como constatamos, Campo Grande, Cuiabá e Goiânia apresentam comportamentos distintos entre as variantes concorrentes. Em Campo Grande, há predomínio do ON, tanto para homens como mulheres, houve somente uma ocorrência de clítico acusativo de 3ª pessoa do sexo feminino.

Em Cuiabá, houve duas ocorrências de clítico acusativo de 3ª pessoa, também por informante de sexo feminino. Goiânia foi a capital com maior número de ocorrências do clítico acusativo de 3ª pessoa: uma ocorrência de informante homem e três de mulheres, totalizando quatro ocorrências. Com o predomínio de uso do PL entre os informantes masculinos, 13 ocorrências (61,9%), em relação às mulheres, o ON foi a forma com maior número de ocorrências: 37 (60%).

Realçamos que os homens de Cuiabá e de Campo Grande não fizeram uso dos clíticos de 3ª pessoa, e essa variante apresentou raras ocorrências na amostra analisada. Vale ressaltar que o programa GOLDVARB X não apresentou o peso relativo da variável sexo.

Conforme nosso primeiro objetivo específico: a verificar a frequência balanceada de objetos preenchidos e nulos, foi possível confirmar nossa hipótese de que há um balanceamento na frequência do objeto preenchido ou nulo, pois constatamos que, em Campo Grande (Vazio: 52,5% e preenchido: 47,5%), em Goiânia (Vazio: 48,2%, Preenchido: 51,8%) e em Cuiabá (Vazio: 50% e preenchido: 50%), a frequência de uso de formas preenchidas e vazias do objeto são próximas.

Quanto à hipótese escolaridade, é que ela também seria favorável ao uso do clítico acusativo, no entanto, esta hipótese não foi atestada em todas as capitais, pois em Goiânia, tivemos mais ocorrências de clítico acusativo de informantes do Ensino Fundamental do que ocorrências do Ensino Superior, sendo três ocorrências de clítico acusativo para Ensino Fundamental:

A análise do traço semântico do antecedente revelou que o traço [-] animado do referente favorece o uso da categoria vazia (136 ocorrências), convergentes com

os resultados de Duarte (1989).

Ao analisar o grupo de fator idade dos informantes, verificamos que há favorecimento do uso da categoria vazia de objeto nulo nas duas faixas etárias (faixa etária I: 18 a 30 anos, faixa etária II: 50 a 65 anos), em todas as capitais, confirmando nossa hipótese quanto ao predomínio dessa variante em relação às demais, conforme já observaram Cyrino (1990) e Duarte (1986,1989).

Quanto aos tempos e modos verbais, as análises feitas por Duarte (1989) revelaram resultados importantes dessa variável, dentre elas: a falta de ocorrências de clíticos com o verbo no imperativo, tempos compostos e locuções verbais com o gerúndio. O uso do objeto nulo supera as outras variantes, independente da forma verbal, exceto para os SNs anafóricos em construções com gerúndio. Nossos resultados corroboram as análises de Duarte (1989), pois não houve ocorrências de verbos no imperativo e poucas ocorrências nas locuções verbais.

Ressaltamos que mencionamos as ocorrências de maior destaque em nossa análise. Esperamos, por fim, que os resultados e as reflexões desta pesquisa possam contribuir para os estudos sociolinguísticos do português falado nas capitais da Região Centro-Oeste, acerca do preenchimento do objeto direto. A partir das concepções apresentadas sobre a Sociolinguística e a Teoria da Variação e Mudança Linguística, é possível compreender que o desenvolvimento de estudos nessas abordagens relaciona-se inteiramente com uma comunidade de fala e fatores linguísticos e extralinguísticos que operam sobre a língua. Isso porque, segundo Labov (2008, p. 21), “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**: gramática, vocabulário. 4. ed. Brasília, DF: Hucitec, 1982.

ARRUDA, N. C. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado**: um estudo sincrônico. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/dc2ab9cf-e0bc-4a39-8168-9a2dcd583a5e/content>. Acesso em: 31 out. 2023.

AZEVEDO, A. T. G. de. **Atlas Semântico-Lexical do Norte de Mato Grosso — ASLNMAT**: suas influências topodinâmicas. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Antonio-Tadeu-Gomes-de-Azevedo.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BARBOSA, A. C. **Influência dos fatores linguísticos e sociais na realização do objeto direto anafórico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.

BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Cuiabá: EDUFMT, 2002.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CÂMARA JUNIOR, M. **Dicionário de linguística e gramática**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

CARDOSO, S. A. M. *et al.* (orgs). **Documentos 4**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Vento Leste, 2013.

CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. (org.). **Documentos 2**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de. Rumos da dialetologia portuguesa. **ALFA: Revista de**

Linguística, Marília, v. 18/19, p. 115-153, 1973. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3512>. Acesso em: 25 out. 2023.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. 2012. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, I. L. *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

CORRÊA, V. R. **O objeto direto nulo no português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1991.85268>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/85268>. Acesso em: 25 out. 2023.

COSERIU, E. A geografia linguística. *In*: COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. Tradução: Carlos da Fonseca, Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 79-117.

COSERIU, E. A geografia linguística. *In*: COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. Tradução Carlos Alberto Fonseca, Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1982. p. 79-116.

COSERIU, E. La Geografía Lingüística. **Cuadernos del Instituto lingüístico Latinoamericano**, Montevideo, n. 11, p. 29-69, 1965.

COSTA, D. S. S. **O léxico indígena nas capitais brasileiras: um estudo geolinguístico**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

COSTA, S. **O (não) preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa: análise diacrônica do PB e do PE dos séculos XIX e XX**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94781>. Acesso em: 25 out. 2023.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CYRINO, S. M. L. O objeto nulo no português brasileiro. *In*: GÄRTNER, E.; HUNDTE, C.; SCHÖNBERGER, A. (org.) **Estudos de gramática portuguesa**. Frankfurt: TFM, 2000. v. 3. p. 61-73.

CYRINO, S. M. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clítico. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-184.

DALTO, C. D. de L. **Estudo sociolinguístico dos pronomes-objeto de primeira e segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado

em Estudos Linguístico) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24554/D%20-%20DALTO%2c%20CRISTIANE%20DIAS%20DE%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2023.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. *In*: TARALLO, F. (org.). **Fotografias Sociolinguísticas**. São Paulo: Pontes, 1989. p. 19-34.

DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe**: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) — Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.

FERREIRA, M. D. R. **Das Minas Gerais a Mato Grosso**: gênese, evolução e consolidação de uma capitania: acção de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. 1996. Dissertação (Mestrado em História Moderna) — Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1996. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18115>. Acesso em: 25 out. 2023.

FREITAG, R. M. K.; MITTMANN, M. M. GoldVarb 2001: comandos e recursos da ferramenta computacional na análise de regras variáveis. *In*: SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFSC, 5., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005. Cd-Rom.

GALVES, C. M. Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português brasileiro. **Delta**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 273-290, 1988.

GOIÁS (Estado). Decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937. Transfere para Goiânia a capital do Estado de Goiás. **Correio Oficial**, Goiânia, ano 81, n. 3.403, p. 1, 25 mar. 1937. Disponível em: https://linhadotempo.mpf.mp.br/www/linha-do-tempo-pr-go-docs/1937-decreto_1816.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e Ensino de Gramática. **Working Papers em Linguística**, Trindade, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2009v10n1p73>. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/ppgel/pages/arquivos/10749-39705-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007. Ordem)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População: 203.080.756 pessoas. **Gov.br**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 08 ago. 2022.

ISQUERDO, A. N.; ROMANO, V. P. Discutindo a dimensão sociolinguística do projeto ALiB: uma reflexão a partir do perfil dos informantes. **ALFA: Revista de Linguística**, Marília, v. 56, n. 3, p. 891-916, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/LVLTytspwrDR3pym6Zhkxnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

LUCCHESI, D. Grandes territórios desconhecidos. **Linguística (ALFAL)**, São Paulo, n. 14, p. 191-222, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4533670/mod_label/intro/LUCCHESI_GrandesTerritoriosDesconhecidos.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

MALVAR, E. da S. **A realização do objeto direto de 3ª pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

MAPA de Goiás. **Baixar mapas**, [s. /], 2021. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa/estado/goias/>. Acesso em: 31 out. 2023.

MARAFONI, R. L. **A distribuição do objeto nulo no português europeu e no português brasileiro**. 2010. Tese (Doutorado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000754701>. Acesso em: 31 out. 2023.

MARAFONI, R. L. **A realização do objeto direto anafórico**: um estudo em tempo real de curta duração. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARROQUIM, M. **A língua do nordeste (Alagoas e Pernambuco)**. São Paulo: Nacional, 1934.

MATO Grosso do Sul. **Baixar mapas**, [s. /], 2021b. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa/estado/mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 31 out. 2023.

MATO Grosso. **Baixar mapas**, [s. /], 2021a. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa/estado/mato-grosso/>. Acesso em: 31 out. 2023.

MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (orgs.) **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. **Para Compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NEVES, M. H. de M. Os pronomes. *In*: CASTILHO, A. T. de (org.). **Gramática do português falado**: estudos descritivos. São Paulo: Humanitas, 2002. v. 4. p. 13-33.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 207-222.

OLIVEIRA, C. C. **Aquisição das consoantes róticas no português brasileiro e no espanhol**: um estudo comparativo. 2006. Tese (Doutorado em Letras) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1960>. Acesso em: 31 out. 2023.

OLIVEIRA, S. M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem — ReVEL**, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 1-30, 2007. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_9_objeto_direto_nulo.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

OMENA, N. P. de. **Pronome pessoal de terceira pessoa**: suas formas variantes em função acusativa. 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

PASSOS, M. M. dos. **Colonização agrícola e povoamento na Amazônia mato-grossense**. Maringá: EDUEM, 2010.

PEREIRA, I. **O uso variado das formas anafóricas no acusativo**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PERINI, M. **Princípios de linguística descritiva**: introdução ao pensamento gramatical. São Paulo: Parábola, 2006.

PINTO, C. A. V. **Variação do objeto anafórico acusativo na fala de Florianópolis**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158393/336823.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2023.

PRETI, D. **Sociolinguística**: os níveis da fala, um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

REGIÕES brasileiras. **Baixar mapas**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa/regiao/>. Acesso em: 31 out. 2023.

ROMANO, V. P. **Atlas geossociolinguístico de Londrina**: um estudo em tempo real e tempo aparente. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) — Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. 2 v. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000171785>. Acesso em: 25 out. 2023.

ROSSI, N. A dialectologia. **ALFA: Revista de Linguística**, Marília, n. 11, p. 89-116, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3299>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANDES, N. F. **Memória e região**. Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X**: um aplicativo de regra variável para Macintosh e Windows. Toronto: Departamento de Linguística da Universidade de Toronto, 2005.

SCHWENTER, S.; SILVA, G. Variation in Anaphoric Direct Object Expression Across Portuguese Dialects. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana**, Madrid, v. 1, n. 2, p. 99-123, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41678173>. Acesso em: 31 out. 2023.

SEVERO, C. G. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Voz das Letras**, Concórdia, n. 9, p. 1-17, 2008. Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/9/92.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SILVA, I. R. da. **O pronome reto como acusativo na escrita e na fala**: um estudo sociolinguístico. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) — Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000232945>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, R. V. M. e. **Ensaio para uma sócio história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

SIQUEIRA, E. M.; COSTA, L. A. da; CARVALHO, C. M. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Ed. Guaicurus, 1990.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Atênica, 2006

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

THUN, H. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. *In*: ZILLES, Ana Maria Stahl. (org.). **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 63-92.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction to Language and Society. London:

Penguin Books, 1981.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

ANEXO A — CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DO ALiB PARA USO DOS DADOS



DECLARAÇÃO

Eu, **Josué Marques Ferreira**, ao utilizar dados do *corpus* do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (**Projeto ALiB**) como referencial empírico do trabalho de Pós-Graduação intitulado *O uso dos pronomes pessoais retos em posição de objeto direto em dados do ALiB coletados nas Regiões Centro-Oeste e Sul*, que desenvolvo sob a orientação da Dr.^a Dircel Aparecida Kailer, integrante da equipe do **Projeto ALiB- regional Paraná**, declaro:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil colaborando, se requerido, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE da Orientadora e da Diretora Científica.

Londrina, 31 de maio de 2017.

Josué Marques Ferreira

RG:33.988.75-1 CPF:222.216.378.10

Josué Marques Ferreira

CIENTES:

Dircel Aparecida Kailer
Prof.^a Dircel Aparecida Kailer

Orientadora

Registro ALiB nº 013
Suzana Alice Marcelino Cardoso
Projeto Atlas Lingüístico do Brasil
Suzana Alice Marcelino Cardoso
Diretora-Presidente

Vanderci de Andrade Aguilera
Vanderci de Andrade Aguilera
Diretora Científica

ANEXO B — CHAVE DE CODIFICAÇÃO

A chave de codificação foi elaborada a fim de que os dados levantados pudessem ser submetidos ao pacote do *software* GoldVArb X. Selecionamos, assim, um código correspondente a cada variável, como se pode observar.

- 1) Variável dependente: objeto direto anafórico de 3ª pessoa variantes:
 - a) Clítico: c;
 - b) Pronome LexicalL: l;
 - c) categoria vazia (não preenchimento do objeto): v;
 - d) Sintagma Nominal Anafóricos: n;

- 2) As formas nominais e os modos do verbo (condicionamento morfológico):
 - a) Indicativo:
 - a. presente: R;
 - b. pretérito imperfeito: U;
 - c. pretérito perfeito: K;
 - d. pretérito mais-que-perfeito: D;
 - e. futuro do presente: Q;
 - f. futuro do pretérito: W;
 - b) Subjuntivo:
 - a. presente: 5;
 - b. pretérito imperfeito: 6;
 - c. futuro: 7;
 - c) Imperativo:
 - a. imperativo afirmativo: 8;
 - b. imperativo negativo: 9;
 - d) Infinitivo:
 - a. infinitivo pessoal: Z;
 - b. gerúndio: T;
 - e) Forma verbal:
 - a. simples: y;
 - b. composta: x;

3) Variáveis independentes extralinguísticas:

- a) Localidade:
 - a. Campo Grande: p;
 - b. Cuiabá: b;
 - c. Goiânia: g;
- b) O gênero do informante:
 - a. feminino: M;
 - b. homem: H;
- c) Faixa etária:
 - a. 1: J;
 - b. 2: I;
- d) Escolaridade:
 - a. fundamental: F;
 - b. com nível superior: S;
- e) Animacidade do antecedente:
 - a. [-] animado: -;
 - b. [+] animado: +.